

É TEMPO DE

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS

RECOMEÇO(S)

OS DIREITOS HUMANOS NO
CENTRO DAS SOLUÇÕES

PÓS COVID-19

Tempo de
emergências

MISSÃO TIJUANA

Um muro não detém
os sonhos

PENA DE MORTE

Um caminho ainda
por terminar



8

Recomeço(s) em tempos de emergência



15

A melhor forma de dizer “obrigado”



36

Outros Olhares #Novalisboa



42

Entrevista Erika Guevara-Rosas



48

Um caminho ainda por terminar

Imagem da capa: Tasmina Fatema, uma rohingya de 26 anos, vive numa tenda com a sua filha de seis meses, Nur Kayda, juntamente com nove outros membros da sua família. ©Fabeha Monir



A AGIR é a revista da Amnistia Internacional Portugal publicada quatro vezes por ano.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Diretor: Pedro A. Neto

Equipa Editorial:

Direção - Paulo Fontes

Coordenação - Irene Rodrigues, Pedro Galinha

Paginação e gráfiismo - Paulo Tavares

Colaboram neste número: Ana Farias

Fonseca, Ângela Ferreira, Carla Marcelino

Gomes, Carlos Jalali, Gonçalo Fonseca, José

Alexandre Silva, Margarida David Cardoso,

Margarida Oliveira, Pedro Coelho, Pedro A.

Neto e Stephen Cockburn.

Revisão: José Alexandre Silva

Impressão: Gráfica Central de Almeirim, Lda.

AMNISTIA
INTERNACIONAL



CONTACTOS

Amnistia Internacional Portugal

Rua dos Remolares, 7 - 2.º

1200-370 Lisboa

aiportugal@amnistia.pt

revista@amnistia.pt



www.amnistia.pt



facebook.com/amnistiapt



twitter.com/AmnistiaPT



instagram.com/amnistiapt

EDITORIAL

PAULO FONTES

Diretor de Comunicação e Campanhas

Recomeços e os sonhos que não se conseguem deter.

Recomeços. A palavra enche-nos de esperanças e expectativas, traz-nos a ideia de que tudo será possível. Desta vez, conseguiremos fazer melhor.

Mas o recomeço é hoje. Começa com a resposta que damos aquele que é um dos maiores desafios com que nos deparamos no passado mais recente enquanto humanidade. Que respostas estamos a dar à pandemia, e que mudanças nos trouxe? Vimos já que nos fez dar algum descanso ao nosso planeta, parámos a exploração frenética e desenfreada, e assistimos ao inesperado: a natureza a renascer, um pouco por todo o mundo. Se dúvidas houvesse que os nossos comportamentos estavam a destruir esta nossa casa global, tivemos mais uma prova que precisamos de mudar. E agora? Vamos voltar ao ritmo que tínhamos antes? Ou vamos “aproveitar” este momento para fazer melhor, nesta segunda oportunidade? Precisamos de nos centrar em formas de recuperação que tornem a sociedade mais justa, mais eficiente e em real harmonia com o mundo e o ecossistema em que se insere.

Durante tanto tempo, assentámos em modelos que nos levaram sempre a consumir mais, a explorar mais, a quebrar continuamente a ténue linha da nossa relação com a natureza. Além disso, compramos e armazenamos mais do que o que consumimos.

A nível mundial desperdiçamos um terço da comida, mas cerca de 49 milhões de pessoas estão em risco de pobreza extrema e de fome. Precisamos de (re)começar a pensar diferente.

Estes foram também os modelos que trouxeram desigualdades, comunidades em situação de vulnerabilidade acrescida, desalojamentos forçados, famílias sem casa onde viver. São outras histórias de recomeços, que para tantas pessoas não chegam a acontecer, pois nunca têm a oportunidade.

Mas há também outras histórias de recomeços, infelizmente tão habituais e tantas vezes esquecidas. Pessoas que se veem obrigadas a fugir e a tudo deixar, ficando sem nada, partindo do nada. São por isso histórias de coragem enorme, as dos recomeços dos refugiados.

Mas os recomeços são lugares de sonho e liberdade, que nenhum muro pode deter. Nem mesmo aqueles que são famosos, falados nas televisões e rádios de todo o mundo e que os líderes utilizam para sustentar as suas palavras de ódio divisão e medo. Mas o muro, esse, tem escritas outras palavras, cheias de esperanças – escritas certamente por quem acredita nestes recomeços.

Que a viagem nos leve onde queremos e devemos estar.



CALENÁRIO DE ATIVISMO

JUL

18

Dia Internacional de Nelson Mandela

AGO

9

Dia Internacional dos Povos Indígenas

SET

21

Dia Internacional da Paz

ANTENA 2

CASOS DA AMNISTIA

6ª feiras . 12h30 . 18h30

www.amnistia.pt/programa-radio-casos-da-amnistia





© GIANLUIGI GUERCIA/AFP via Getty Images

O acesso à água é um direito humano, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas neste momento, na África do Sul, uma em cada três pessoas não tem acesso a água potável.

Décadas de corrupção e de má gestão dos fundos públicos enfraqueceram a capacidade do Departamento de Água e Saneamento para providenciar acesso a água potável.

As autoridades sul-africanas devem tomar medidas para reforçar o acesso das populações a este bem essencial, especialmente devido à pandemia da COVID-19, criando planos de emergência para levar água às comunidades que mais necessitavam. A pandemia realçou a vulnerabilidade de muitas pessoas que estão em elevado risco de contraírem doenças por não terem acesso a medidas de proteção, incluindo acesso a água em quantidade suficiente para lavarem regularmente as mãos.





© Mohammed Abdulsamad / The Walking Paradox

A Nigéria corre o risco de perder uma geração por não conseguir proteger nem garantir educação às crianças que vivem no nordeste do país.

A região tem sido devastada pelas atrocidades do grupo armado islâmico Boko Haram e também pelas graves violações de direitos humanos cometidas pelo exército nigeriano. Se por um lado o Boko Haram tem atacado várias escolas e raptado um grande número de crianças para fazer delas soldados ou 'esposas', por outro, o exército nigeriano trata quem escapou a essa brutalidade com detenções ilegais e em massa, em condições desumanas, com recurso a espancamentos, tortura e permitindo abusos sexuais por parte dos reclusos adultos.

Quando as crianças conseguem escapar dos territórios controlados pelo Boko Haram, podem ter dois destinos: ser detidas arbitrariamente em instalações militares durante anos, ou acabar como deslocados, lutando pela sobrevivência e com pouco ou nenhum acesso à educação.



DOSSIÉ

Recomeço(s) em tempos de emergência

A pandemia de COVID-19 veio reforçar a necessidade dos direitos humanos estarem sempre no centro das respostas dos governos. Não só para garantir o acesso à saúde de todas as pessoas, mas também para a proteção dos grupos mais vulneráveis, sem esquecer os riscos que as tecnologias de vigilância representam e o futuro do planeta.

De um momento para outro, a expressão “estado de emergência” entrou em vigor no espaço público e nas nossas vidas. Vários países, entre os quais Portugal, adotaram medidas que restringiam, por exemplo, a liberdade de movimento, de associação, de expressão e de assembleia, o direito à vida privada e familiar ou o direito ao trabalho, ao implementarem quarentenas, proibições de viagem e o encerramento temporário de escolas e empresas. A Amnistia Internacional acompanhou a aplicação das novas regras, que deveriam ser as estritamente necessárias, proporcionais e motivadas por legítimos objetivos de saúde pública. Além disso, teriam de ser sujeitas a escrutínio e revisão periódica.

No documento “A Europa numa encruzilhada – O que as autoridades devem e não devem fazer na resposta à pandemia de COVID-19”, enviado a governos e forças de segurança, foram feitas alertas sobre o facto de as desigualdades socioeconómicas estruturais na Europa tornarem alguns grupos mais vulneráveis às consequências adversas da pandemia.

Entre estes estão as pessoas de Comunidades ciganas, quem vive em bairros informais e com acesso muito limitado a água e saneamento, refugiados, requerentes de asilo e migrantes que se encontram em campos ou centros de detenção, a população prisional e os sem-abrigo. Para muitos, o distanciamento social ou o simples ato de lavar as mãos, uma medida preventiva essencial, são difíceis de garantir. E o risco continua à espreita.

Até ao final de junho, a Organização Mundial de Saúde (OMS) contabilizava cerca de 472 mil mortes e mais de nove milhões de infetados por COVID-19. Ao elevado custo humano e de saúde pública somam-se os impactos socioeconómicos, que acabam por destapar diferentes formas de exclusão, desigualdade e violações de direitos humanos, muitas vezes pré-existentes e que estão interligadas. Face aos perigos, os Estados têm uma oportunidade única de fazerem mudanças para que possamos viver numa sociedade mais justa.

Para a Amnistia Internacional, os sistemas de saúde pública também



devem ser mais robustos, para garantir cuidados a todas as pessoas, e os mecanismos de proteção social têm de ser reforçados, para que todos possam usufruir de um nível de vida adequado. Os Estados devem enfrentar a atual crise de COVID-19 de forma coletiva, pois este é o momento de unir esforços para combater um desafio comum. Após a pandemia, todo o trabalho de reconstrução deve ser alicerçado nos direitos humanos.

OS PERIGOS DA VIGILÂNCIA

Perante uma ameaça invisível de saúde pública, a ciência e a tecnologia posicionaram-se como campos chave. Além da investigação no desenvolvimento de uma vacina, juntou-se o desenvolvimento de plataformas, formas de monitorizar informações ou outros mecanismos que pudessem evitar cadeias de contágio de COVID-19.

Vários países avançaram com medidas, mas muitas colocaram em causa a privacidade e a segurança dos cidadãos. Na Ásia, que enfrentou a primeira vaga de infeções, a China usou os 200 milhões de câmaras espalhadas pelo país para controlar movimentos e atribuiu um código QR aos cidadãos, classificando-os como “verde”, “amarelo” ou “vermelho”, de acordo com o risco de infeção que

comportavam. Na Coreia do Sul, as autoridades acederam aos dados dos cartões de crédito para perceber onde os utilizadores faziam pagamentos, de forma a identificar possíveis focos de transmissão do vírus. Em Singapura, o ministro da Saúde tornou pública a informação privada de infetados, revelando dados detalhados como a identidade das pessoas com as quais o doente privou.

Perante os enormes riscos, a Comissão Europeia recomendou uma abordagem comum, em concreto para os Estados que quisessem desenvolver e autorizar a instalação de aplicações de rastreamento de contactos. Em Portugal, a app STAYAWAY COVID, desenvolvida por uma equipa do Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência (INESC TEC), está pronta desde o início de junho, mas o governo ainda não tinha dado “luz verde” para a sua adoção enquanto ferramenta de prevenção de contágios. De acordo com as informações disponíveis, esta aplicação não representa uma ameaça tão grande para a privacidade como outras, já que não guarda os dados centralmente, mas nos telemóveis das pessoas, mantendo-os apenas por 14 a 21 dias – embora não sendo claro esse tempo e como é feita a eliminação da informação.

A STAYAWAY COVID não constou de uma investigação da Amnistia Internacional sobre as apps mais invasivas do mundo para fazer face à COVID-19. A análise incluiu aplicações da Europa, do Médio Oriente e do Norte de África, e uma avaliação técnica detalhada de 11 aplicações de Argélia, Bahrein, França, Islândia, Israel, Kuwait, Líbano, Noruega, Qatar, Tunísia e Emirados Árabes Unidos. A “BeAware Bahrain” do Bahrein, a “Shlonik” do Kuwait e a “Smittestopp” da Noruega destacaram-se como entre as mais alarmantes. Nestes três casos, o rastreio dos utilizadores é feito de forma ativa, em tempo real ou quase real, através do upload frequente das coordenadas de GPS num servidor central. Poucas horas antes de a investigação da Amnistia Internacional ter sido divulgado, o governo norueguês anunciou que iria suspender a utilização da sua aplicação.

A investigação da Amnistia Internacional concluiu que as aplicações tendem a ser divididas em três categorias. Na primeira, incluem-se aquelas que não fazem um rastreio digital, mas permitem que os utilizadores registem e verifiquem voluntariamente os seus sintomas (por exemplo, no Líbano e Vietname). Na segunda, estão apps que usam um modelo descentralizado

muito menos invasivo de rastreio de contactos Bluetooth, como o que foi desenvolvido por empresas como a Google e Apple. Sob este modelo, os dados são armazenados nos telemóveis das pessoas e não numa base de dados centralizada. Isto inclui países como Áustria, Alemanha, Irlanda, Suíça e Portugal. A Amnistia Internacional não realizou uma revisão técnica de nenhuma aplicação que segue este modelo, pois tendem a ser menos preocupantes do ponto de vista da privacidade e ainda estão em processo de implementação. Por último, existem apps que registam dados recolhidos pelo sensor Bluetooth do telemóvel, via GPS ou ambos e enviam-nos para uma base de dados centralizada do governo. Em alguns casos, são obrigatórias.

POLUIÇÃO EM QUARENTENA

Enquanto nos mantínhamos em casa, fomos surpreendidos com imagens únicas: águas límpidas nos canais outrora turísticos e poluídos de Veneza ou os picos dos Himalaias vislumbrados a partir da província indiana de Punjab. Os dados do Global Modeling and Data Assimilation Office da NASA ilustram bem o que aconteceu. Com as medidas de confinamento implementadas um pouco por todo o mundo, houve uma diminuição dos agentes poluentes no ar devido a fatores como o encerramento das fábricas e a redução do tráfego.

Em Portugal, as imagens do satélite europeu Copernicus Sentinel 5P, processadas por peritos do AIR Centre no início de abril, mostravam uma redução drástica nos níveis de dióxido de azoto (NO₂). Na mesma altura, a ZERO indicou que a Avenida da Liberdade, em Lisboa, apresentou a menor taxa média de NO₂ do século. De acordo com a OMS, todos os anos, a poluição atmosférica mata aproximadamente sete milhões de pessoas e é responsável por um terço de todos os óbitos por acidente vascular cerebral, cancro de pulmão e doenças cardíacas. Mais de 90 por cento da

população global vive em locais onde os níveis de qualidade do ar estipulados pela organização não são atingidos. Cerca de dois terços desta exposição é causada pela queima de combustíveis fósseis, que também impulsiona as alterações climáticas.

“O impacto do coronavírus é imediato e terrível. Mas há outra emergência profunda, a crise ambiental do planeta”, alertou o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, numa espécie de lembrete de que o futuro do planeta continua em risco, se não mudarmos hábitos e, sobretudo, políticas. “Os subsídios aos combustíveis fósseis devem terminar e os poluidores devem começar a pagar”, notou ainda.

Em Portugal, a Amnistia Internacional subscreveu o “Manifesto por uma Recuperação Económica Justa e Sustentável”, tornado público no dia 20 de abril, quando se discutia o relançamento da economia pós-COVID-19. No documento, é defendida “uma visão coletiva sobre uma recuperação económica que coloca no centro das preocupações uma sociedade mais justa, mais eficiente no consumo de recursos e mais resiliente”. Desta forma, será possível chegar a “uma economia climaticamente neutra, que protege e restaura a natureza, a saúde e o bem-estar das pessoas, sem deixar ninguém para trás”. Será que, com tantas emergências e tantos desafios, seremos capazes de mudar?

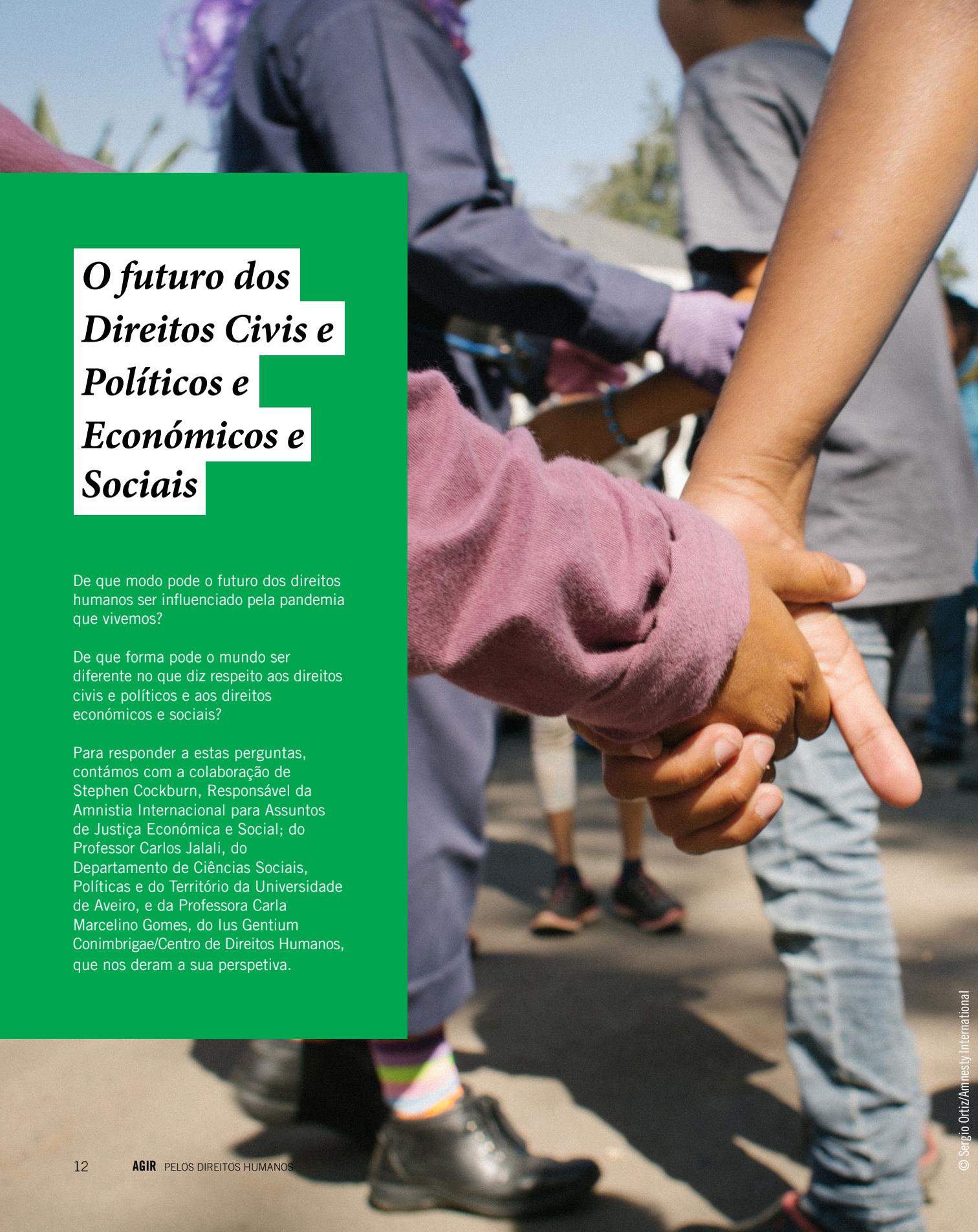
FAZER MELHOR, FAZER DIFERENTE

Recuperar a confiança pode ser o ponto de partida para um novo ciclo nas nossas vidas. Até porque, nos últimos anos, muitos líderes políticos beneficiaram de ataques à ciência e ao jornalismo, procurando ocultar a verdade, também vimos a pandemia a ser usada como uma “arma”, com constantes ameaças de cortes no financiamento de organizações nacionais e internacionais, como a OMS, por alguns responsáveis políticos. Por outro lado, vimos o melhor lado da humanidade, mas podemos ir para bem além do apoio aos nossos vizinhos e olhar para as necessidades de alguns grupos mais vulneráveis, que precisam urgentemente de abrigo e de cuidados de saúde. Podemos e devemos continuar a proteger estas pessoas após a pandemia ser contida, rejeitando a xenofobia, o racismo e os discursos de ódio.

O risco do regresso das medidas de austeridade, como as que foram impostas em muitos países, ao longo da última década, também deve ser rejeitado. Porque, muitas vezes, atingem as pessoas mais marginalizadas com maior gravidade. Ao responder às profundas consequências sociais e económicas da pandemia, os governos terão de fazer melhor, fazer diferente, conforme defendeu num artigo o chefe de gabinete do secretário-geral da Amnistia Internacional, David Griffiths.



©Adolfo Lujan



O futuro dos Direitos Cívicos e Políticos e Económicos e Sociais

De que modo pode o futuro dos direitos humanos ser influenciado pela pandemia que vivemos?

De que forma pode o mundo ser diferente no que diz respeito aos direitos cívicos e políticos e aos direitos económicos e sociais?

Para responder a estas perguntas, contámos com a colaboração de Stephen Cockburn, Responsável da Amnistia Internacional para Assuntos de Justiça Económica e Social; do Professor Carlos Jalali, do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro, e da Professora Carla Marcelino Gomes, do Lus Gentium Conimbrigaë/Centro de Direitos Humanos, que nos deram a sua perspetiva.



Stephen Cockburn

A SOLUÇÃO É A COOPERAÇÃO E A SOLIDARIEDADE

A pandemia de COVID-19 expôs as desigualdades profundas e as violações dos nossos Direitos Económicos e Sociais que deixaram milhares de pessoas vulneráveis a problemas de saúde e perdas no seu modo de vida. O mundo encontra-se numa encruzilhada e vamos ser confrontados com a escolha de ter de pagar a recuperação da economia através de programas prejudiciais de austeridade ou encontrar novas formas de investir na humanidade e concretizar os nossos direitos. Durante a pandemia tivemos exemplos positivos de estados que reagiram rapidamente para alojar pessoas sem abrigo ou para garantir um rendimento mínimo a quem mais precisa.

Enquanto Amnistia, precisamos de trabalhar em conjunto com outros movimentos de justiça social, do clima e do trabalho, para propor uma visão comum da nossa “recuperação justa” que garanta que todas as pessoas, onde quer que estejam, vêm garantidos os seus direitos a um padrão de vida justo, a saúde a preços acessíveis, com base no uso dos recursos de forma mais equitativa e que a sociedade transite de forma justa para uma economia baseada na neutralidade zero em carbono. E esta visão deve ser global. A pandemia mostrou que ninguém está a salvo, até que estejamos todos a salvo. Quer seja assegurando acesso universal à vacina para o COVID-19, ou que os países mais pobres não são sobrecarregados, durante anos, com as suas dívidas, a cooperação e a solidariedade globais serão mais necessárias do que nunca.



Carlos Jalali

DEMOCRACIA SEM FRONTEIRAS

Em março, uma equipa de médicos deslocou-se a Itália para combater a pandemia, sob o lema de: “Somos ondas do mesmo mar, folhas da mesma árvore, flores do mesmo jardim” Esta frase sintetiza o reconhecimento da ligação entre toda a humanidade que surgiu com esta pandemia. Que, para citar Shoghi Effendi: “Somos parte de uma unidade orgânica. Quando uma parte do organismo sofre, todo o resto do corpo sente as consequências desta dor.”

Mas este reconhecimento revela também a lacuna atual na governação. Como vários especialistas referiram, ‘uma pandemia global requer uma resposta global’. Este período expôs a ausência de instituições democráticas e eficazes a nível global, que assegurem os interesses de todo o planeta.

A pandemia é o exemplo mais evidente de que há temas que ultrapassam as fronteiras nacionais. Temas, como a proteção dos oceanos, onde a ‘terra é um só país e a humanidade seus cidadãos’. E que são necessárias estruturas de governação que reflitam esta interligação, baseadas na igualdade e respeito por toda a humanidade.



Carla Marcelino Gomes

OS DIREITOS HUMANOS IMPORTAM

Os Direitos Humanos são normas internacionais que protegem a pessoa, na sua individualidade, e os grupos, na sua coletividade, e que, em última análise, visam proteger uma derradeira essência de dignidade humana. Ora, se é relativamente consensual esta ideia filosófica de que o ser humano deve ser protegido, a operacionalização do conceito, ou seja, a sua implementação conduz-nos, frequentemente, a debates que nos colocam perante questões civilizacionais e, potencialmente, fraturantes. Portanto, face ao que está em causa, ou seja, a proteção do ser humano, obviamente, os Direitos Humanos importam. Importam sempre. Importam, porque as pessoas importam. E importam em todos os momentos da existência humana.

É um silogismo simples. Porém, esta simplicidade não se reflete em muitas realidades que observamos. E, portanto, este é um silogismo que tem falhas na sua aplicação, logo, na sua eficácia. Os tempos que vivemos oferecem uma oportunidade de recomeço, também para os Direitos Humanos, sobretudo, com maior ênfase na sua implementação.



© UNHCR GWA

Farid Walizadeh

PORTUGAL É A MINHA CASA

A história de Farid Walizadeh podia dar um filme. E, segundo o próprio, vai mesmo. O que passou desde que nasceu até aos dias de hoje correu mundo e há quem queira contar tudo, porque os bons exemplos têm de perdurar e ficar na história, para memória futura e, sobretudo, para que hoje se perceba que muito há a mudar para que a vida seja mais justa e igualitária.

Mas a história só pode ser contada porque Farid sobreviveu. À perda do pai, à prisão da mãe por ser ismaelita, à morte da mãe adotiva, à decisão do padrasto pagar para o levarem, quando ele tinha apenas oito anos, para bem longe, num grupo que saiu do Afeganistão, de onde é natural, e com o qual ficou até meio percurso no Paquistão.

Uma queda de um autocarro fez com que ficasse sozinho no resto da aventura até chegar à Turquia, onde foi detido e ficou preso até aos dez anos de idade. Os anos seguintes foram de constante luta até ao dia em que tudo mudou.

A CHEGADA A PORTUGAL

Em 2012 o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) deu-lhe a possibilidade de vir para Portugal e nada mais foi como dantes. Com 15 anos chegou a Lisboa e foi viver para o Centro de Acolhimento de Crianças Refugiadas, no Parque da Bela Vista, em Lisboa. A adaptação não foi fácil, mas isso nunca o atemorizou. Nem nunca foi um verdadeiro problema, pois a vontade de Farid é inabalável.

“As dificuldades nunca vão desaparecer. O que nos distingue é a forma como sabemos lidar com elas e ultrapassá-las. Sei que não tive uma vida fácil e que, se calhar, o mais fácil seria desistir, mas isso nunca me impediu de ir atrás dos meus sonhos. Não quero que olhem para mim como coitadinho”, esclarece.

OS JOGOS OLÍMPICOS DE TÓQUIO

Assumindo que dificilmente dorme uma “noite seguida”, pois os pesadelos nunca “o largam” e as marcas “do que sofreu nunca irão passar”, Farid garante que são essas mesmas marcas que o “fazem lutar por um futuro melhor” no nosso país. “Portugal é a minha casa. Foi aqui que consegui reunir a minha família. É aqui que quero estar e ficar”.

E é no Centro de Alto Rendimento do Jamor, onde reside desde 2019, que treina diariamente com Paulo Seco para concretizar outro sonho. O de ir aos Jogos Olímpicos de Tóquio, remarcados devido ao Covid-19, para 2021. O boxe entrou na sua vida na chegada a Portugal. Num ápice foi campeão nacional de cadetes, mas a idade adulta e a saída do centro de acolhimento forçou-o a procurar trabalho e a abandonar a modalidade.

Mas uma chamada do Comité Olímpico de Portugal, convidando-o a integrar uma equipa internacional de refugiados que podem, depois de ultrapassar várias etapas e eliminações, levá-lo aos Jogos Olímpicos, voltou a transformar a sua vida. Nesta altura é este sonho que o “comanda”, a par com outra prova de superação, o curso universitário de Arquitetura. “Ninguém me pode dizer que não consigo. Tudo é possível. Basta acreditar e lutar muito. É isso que faço todos os dias”, garante.

Tayybeh

A MELHOR FORMA DE DIZER “OBRIGADO”

Uma boa ação traz sempre outra boa ação. E se fosse sempre assim, o mundo seria um lugar melhor. Ramia Abdalghani e Alan Ghumim, os proprietários do restaurante Tayybeh, no Parque das Nações, Lisboa, são refugiados sírios. Chegaram a Portugal em 2016 com uma mala carregada de dor e sofrimento, trazida da Síria, um país que sofre diariamente com os horrores da guerra.

Da Síria foram para o Qatar, depois Marrocos e, finalmente Portugal. Engenheiros informáticos de formação, com dois filhos, agora com 9 e 13 anos, acreditaram desde o primeiro dia que tinham chegado ao país certo. As pessoas foram imediatamente hospitaleiras, fazendo-os sentir bem numa casa que ainda não era sua, mas que agora querem que seja para sempre.

“Aqui não somos nem estrangeiros nem estranhos. Sentimos que estamos em casa e esse é o melhor sentimento que se pode ter. Apesar de ainda não falarmos português, os nossos filhos falam, andam aqui na escola e sentem-se seguros. Que valor mais alto podemos ter”, questiona Alan Ghumim.

O progenitor conseguiu depois, encontrar solução no mercado de trabalho, numa empresa francesa. Mas Ramia não, optando, sensivelmente dois anos depois, por lançar-se num negócio de catering. O sucesso demorou a construir-se mas só se consubstanciou quando surgiu a oportunidade de abrir um restaurante num espaço do Parque das Nações. E do nada nasceu o Tayybeh.

A ONDA SOLIDÁRIA

Com o novo negócio familiar, Alan saiu da empresa onde estava e embarcou de corpo e alma no projeto. Mesmo nenhum deles tendo tido, até então, qualquer experiência no negócio da restauração. “Acreditámos desde o início que seria uma boa ideia. A forma de mostrarmos quem somos e de onde vimos”.

No entanto, toda a situação espoletada pela pandemia do covid-19 fez o negócio retroceder, implicando a dispensa, que Alan espera ser temporária, dos funcionários. “A situação complicou, mas há que ter esperança. Aquilo que nos agarramos é à ideia que também já fomos capazes de superar uma guerra, com morte e destruição”, explica.

Com as portas fechadas e entregues apenas a si mesmos, Alan e Ramia decidiram que era a hora de dar em troca tudo aquilo que receberam desde que chegaram a Portugal. Com o Covid-19 muitos foram os profissionais ligados à área da saúde que deram o passo em frente, que se viram impelidos em deixar a família de lado e lutar por um bem comum, o da sociedade contra uma pandemia que não deixou ninguém indiferente e a salvo.

“Desde o dia 13 de Março até hoje (três meses depois) que servimos refeições gratuitas a quem está a lutar por nós. Só têm de ligar a encomendar e depois passar para vir aqui a buscar, identificando-se. É a nossa forma de dizer obrigado, mas verdade seja dita, que também já perdemos a conta aos obrigados que já recebemos. É reconfortante sabe? Mas não é isso que nos move. O que nos fez assumir este compromisso foi agradecer. Deram-nos a mão quando aqui chegámos e isso não tem preço”, garante Alan.



©DR

POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA

Durante as medidas de confinamento em 2020, e comparativamente a 2019.



Abril de 2020: Emissões diárias globais de CO2 reduzidas em 17%, comparando com o mesmo período de 2019



As reduções de emissões diárias globais de CO2 devem-se, maioritariamente, à redução do tráfego de veículos rodoviários (menos 36% de CO2 emitido) e redução da atividade da aviação (menos 60%)



Impacto anual: estima-se uma redução de 4% caso as condições pré-pandemia regressem no início de junho e 7% caso algumas restrições se mantenham em todo o mundo

China, EUA e Europa ocidental registaram uma queda de 60% na poluição (dióxido de nitrogénio) nos primeiros meses de 2020, comparativamente a 2019.

A poluição atmosférica (dióxido de nitrogénio) caiu em média 40% nas cidades chinesas; 20% na Europa ocidental e 38% nos EUA, durante as medidas de confinamento em 2020, e comparativamente a 2019.

Até ao final de abril de 2020 registaram-se Menos 1048 milhões de toneladas de CO2 emitidas no mundo.

EMISSÕES CO2

China menos 242 milhões de toneladas
EUA menos 207 milhões de toneladas
Europa menos 123 milhões de toneladas
Índia menos 98 milhões de toneladas

Na Europa, a poluição atmosférica caiu mais de 45% comparativamente a 2019.

Paris, por exemplo, registou uma queda de 54% nos níveis de dióxido de nitrogénio.

Registaram-se valores semelhantes em **Madrid, Milão e Roma**, com quedas de cerca de 45%.

¹ Dióxido de nitrogénio é um gás altamente reativo produzido durante a combustão e que provoca muitos efeitos nocivos nos pulmões

7 PERGUNTAS A...

LEYLA ACAROGLU

A vida de Leyla no refúgio de Tomar



Leyla Acaroglu define-se, na sua página pessoal, como “designer disruptiva e provocadora cultural”, que trabalha sempre no “limite da criatividade”. Especialista mundial em sustentabilidade e inovação ambiental, o seu trabalho foi galardoado, em 2016, pelas Nações Unidas com o prémio “Environment Champion of the Earth for science and innovation”.

Em 2016, escolheu Portugal para fundar um projeto único, o CO Project Farm, numa antiga quinta abandonada em Serra – Tomar, e onde pessoas vindas de todo o mundo podem, num ambiente de “otimismo criativo” ajudar a criar projetos e ideias que contribuam para um futuro positivo, regenerativo e sustentável”.

1 - Porquê Portugal para se criar um projeto tão distinto?

Portugal tem coisas únicas e é um país com sítios incríveis. Encontrámos um desses, em Serra, Tomar, uma quinta abandonada que tinha sido de uma única família. Desde que o vimos que percebemos que era o local certo para criar uma espécie de “spa para o cérebro”, não só para quem, como eu, precisa de aliviar o stress do dia-a-dia, mas também para quem quer criar um futuro mais sustentável.

2 - Tomar foi a escolha certa?

Foi. Queríamos um sítio onde pudéssemos implementar um projeto de agricultura ecológica e de aquacultura, e onde fosse possível, de forma rápida, chegar de todo o lado. Portugal tem essa particularidade, é um país hospitaleiro, que sabe receber e onde é fácil de chegar.

3 - Qual foi a reação dos seus vizinhos a um projeto desta natureza?

Foi muito boa. Nós conseguimos medir essa satisfação com um dia aberto por mês, sempre ao domingo. Nesses dias recebemos sempre muita gente, de todo o país, mas principalmente da região.

4 - Têm sido dois anos de sucesso?

Acredito que sim. Fomos visitados por pessoas de todo o mundo, que se inspiraram e inspiraram outros. A ideia de criar projetos sustentáveis que possam ser agressivamente copiados resulta e, o mais importante de tudo, que numa espécie de “brainstorming” criativo se tenham conseguido ajudar uns aos outros.

5 - Estão agora com o projeto interrompido por um ano, devido à Covid-19. Como vê o futuro do projeto?

Fomos obrigados a parar um ano, mas o destino tem destas coisas, alugámos a quinta a uma família próxima, à coautora do livro culinário que lançámos e no qual fazemos dos vegetais os heróis. O futuro é algo que flui e não estou nada receosa com a transformação que aqui criámos. O futuro estou certa, será mais sustentável e verde, e acredito que no Verão de 2021 podemos regressar.

6 - Com a Covid-19 o mundo como que parou e regenerou? O que se pode retirar de positivo?

O mais importante é refletir em tudo isto e perceber que há uma alternativa. O mundo tem de perceber que é fundamental alterar a forma como produzimos e entregamos a comida. Vejo alguma mudança e seria importante, por exemplo, continuar a criar soluções para evitar o desperdício e produzir, sobretudo, proteínas de impacto reduzido.

7 - Se tivesse o poder real de alterar uma coisa no mundo, o que daria?

Podemos idealizar e criar os projetos mais bonitos e sustentáveis no mundo, mas se não tivermos pessoas atentas e despertas para esta realidade, de que servem? É nas escolas que se pode criar impacto. A criação de currículos onde se incentivasse o respeito pela natureza e a produção de soluções disruptivas que permitissem salvar o planeta é fundamental. Para cada problema há sempre uma solução, mas é preciso mentes criativas e preparadas que saibam seguir os caminhos corretos.



UMA GERAÇÃO QUE SE AGARRA À MÚSICA

Melhorar a escola para que os alunos fiquem. Através da música, a Orquestra Geração quer agarrar crianças e jovens ao ensino e abrir-lhes perspetivas de futuro.

Para fazer música em grupo, os músicos têm que respirar ao mesmo tempo, sentir a mesma pulsação, ouvir-se uns aos outros. “É preciso ser-se em conjunto. Partilhar as frustrações, as falhas e os aplausos.” António Wagner Diniz tem na música uma herança familiar e fez dela vida – “O meu tio trisavô foi músico de câmara do rei D. Luís. Os filhos foram professores no Conservatório [Nacional]. Eu cantei em salas um pouco por toda a Europa, satisfiz os meus objetivos.” Por ter tido o privilégio de estudar música, António quis que ela chegasse a outros, a muitos mais.

“Sempre me moveu a vontade de dar às outras pessoas as oportunidades que não tiveram”, diz o músico, antigo diretor do Conservatório Nacional (2000-2009) e fundador da Orquestra Geração em Portugal. Em 2007, António levou a sério o incentivo da autarquia da Amadora para disseminar o Sistema de Orquestras Infantis e Juvenis da Venezuela no país. O El Sistema, como é conhecido o programa venezuelano criado em 1975, tem uma metodologia de ensino público e gratuito de música a crianças e jovens através de orquestras. Desenhado para aproximar comunidades, a sua principal preocupação é chegar aos miúdos de contextos mais desfavorecidos: ensinar-lhes música, motivá-los, dar-lhes uma escola em que acreditam.

Em Portugal, o projeto começou no Bairro Casal da Boba e na sua EB 2,3 Miguel Torga, na freguesia de Mina de Água, na Amadora. 15 alunos e cinco professores. No mesmo ano, chegou ao Agrupamento de Escolas da Vialonga, em Vila Franca de Xira. E em 2009, ganhou um novo fôlego: o Ministério da Educação passou a assumir a contratação dos

docentes, num contrato que tem de ser renovado ano a ano. Hoje, estão envolvidos mais de 1200 alunos, da pré-primária ao fim do ensino básico, e quase 80 professores, em seis municípios da Área Metropolitana de Lisboa e em Coimbra.

Os mais velhos têm sete horas de música por semana, entre as aulas individuais de instrumento e as de orquestra. Em tempo de pandemia, só as primeiras continuam a acontecer, em frente do computador. Os concertos são agora vídeos no Facebook gravados em casa. É assim até que seja seguro voltarem a estar juntos.

“Estamos a falar de seis horas por semanas em que estão juntos a responder a um maestro”, diz António Wagner Diniz. É-lhes exigido brio, dedicação, concentração. “Um dos objetivos é que as nossas apresentações sejam pristinas, para fomentar nas crianças e jovens a vontade de fazer cada vez melhor; despontar orgulho naquilo que estão a fazer. E, mais do que outra coisa, dá-lhes uma visão mais alargada daquilo que podem fazer na vida.”

Importa melhorar a relação que têm com a escola – “Ajudar a torná-la um espaço onde gostem de estar, onde ganhem respeito uns pelos outros”, completa a música Helena Lima, vice-presidente do projeto. O que pode ser complicado. “Demora muito tempo a desconstruir uma cultura de desistência que está muito enraizada. Há que desenvolver a auto-estima e a música, como instrumento de desenvolvimento emocional das crianças, é universal.”

“Eles próprios têm noção se tocaram bem ou mal e assumem essa responsabilidade”, refere António Wagner Diniz. Autoavaliam-se, corrigem-se, aprendem a gerir melhor as suas frustrações. “Uma mãe disse-me numa altura: ‘Foi a primeira vez que fui chamada à escola para me dizerem bem do meu filho’.”

A DESIGUALDADE NO ENSINO À DISTÂNCIA

O encerramento das escolas e o início do ensino à distância trouxe, desde a primeira hora, a certeza de que as desigualdades no acesso às aulas iriam aumentar, principalmente no que toca a famílias com menos condições económicas ou agregados familiares do interior do país, onde a tecnologia e a internet já existem mas a uma velocidade muito menor.

Os casos foram sendo conhecidos e alguns deles divulgados, como o do Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana da Guarda assumiu, no final do passado mês de abril, que iria começar a “entregar tarefas e material escolar a 124 alunos da região que estudam a partir de casa” e que não tinham “acesso a computador”.

Num comunicado enviado à Agência Lusa na altura, os responsáveis deram a conhecer um problema transversal a outras regiões do país, tendo já entregado o material necessário - para além destes 124 alunos dos concelhos de Seia e Almeida - no final do segundo período a crianças de Gouveia e Celorico da Beira.

MUNICÍPIOS DO ALENTEJO ENTREGAM PORTÁTEIS E TABLETS

Outra das soluções encontradas para debelar as desigualdades, foi proporcionada por vários municípios do país, entre eles no Alentejo onde, por exemplo, as autarquias de Moura, Crato, Reguengos de Monsaraz e Ponte de Sor realizaram, através dos agrupamentos escolares correspondentes, diversos inquéritos com a ajuda de professores e diretores de escola e perceberam quais as lacunas e limitações vividas pelos seus alunos.

Para além do acesso à internet móvel, em alguns casos tomaram a opção de adquirir os denominados “tablets” e, em outros, computadores portáteis, alternando o modelo de oferta ou de empréstimo conforme as necessidades. Contudo, apesar da resposta dada, tal facto só demonstra que muitos alunos, nos primeiros tempos, não conseguiram dar resposta às necessidades educativas pedidas pelos professores no ensino à distância.

PROFESSORES ASSUMEM O AUMENTO DA DESIGUALDADE

Durante os meses de maio e junho, dois dos principais sindicatos de professores do país, apresentaram as suas conclusões sobre o ensino à distância, garantindo, cada um à sua maneira, que com o ensino à distância, as “desigualdades aumentaram”. Para o STOP a leitura é linear: “Aumentaram as dificuldades de aprendizagem sobretudo para os alunos com mais necessidades educativas. Apesar de a maioria dos alunos neste momento estarem com acesso à Internet em casa, as dificuldades de aprendizagem são ainda maiores”.

Já a Fenprof, num estudo feito sobre o ensino à distância, as conclusões são, também elas óbvias: “A desigualdade entre os alunos, que se agravou, em alguns casos, perigosamente, devido à falta de apoios, que, para alguns, são indispensáveis. Esta situação teve forte repercussão no funcionamento das famílias, designadamente no acompanhamento dos filhos”.



© Jiří Doležel



©Feedback

Direito à *alimentação*

O RISCO DE CAIR NA POBREZA EXTREMA

Este ano, cerca de 49 milhões de pessoas podem cair na pobreza extrema devido à crise da Covid-19, alertou o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, no lançamento efetuado na primeira semana de Junho do “Documento Político sobre o Impacto da Covid-19 na Segurança Alimentar e Nutricional”.

Num discurso curto mas incisivo, o responsável garante que os sistemas alimentares globais estão “a falhar”, numa situação “agravada” pela pandemia, e que a “menos que sejam tomadas medidas imediatas”, será cada vez mais evidente que existirá uma “emergência alimentar global iminente que pode ter impacto a longo prazo em centenas de milhões de adultos e crianças”.

No documento oficial da ONU, refere-se ainda a queda “um ponto percentual do Produto Interno Bruto global” que pode originar, a curto prazo “mais de 700 mil crianças raquíticas” sendo por isso, obrigatório que “todos os esforços”

sejam concentrados em “evitar os piores impactos nos esforços comuns de controlar a pandemia”.

Para António Guterres, uma das medidas obrigatórias passa pela “mobilização para salvar vidas e meios de subsistência” devendo-se para isso “concentrar o auxílio nos locais onde as populações são mais vulneráveis”, assegurando principalmente “os corredores comerciais” para garantir que os bens alimentares “chegam a quem precisa”. “Todos os países devem garantir o acesso a alimentos seguros e nutritivo a crianças pequenas, mulheres grávidas e que amamentam, idosos e outros grupos de risco”, conclui.

ESCOLHER A QUEM DAR DE COMER

No entanto, a Amnistia Internacional já tinha denunciado, recentemente, vários casos, sobretudo na África Austral, onde a crise socioeconómica provocada pela Covid-19 está a colocar em risco de fome milhões de pessoas, principalmente devido a abusos das autoridades locais para impedir o livre acesso a alimentos e, também, na

distribuição eletiva de ajuda alimentar. Um dos casos denunciados pela organização verificou-se em Angola, onde foram feitas alegações sobre a falta de transparência na ajuda alimentar. “A distribuição de ajuda alimentar de acordo com linhas partidárias é completamente inaceitável e está a colocar em causa as medidas de proteção que os governos se comprometeram a aplicar para defender o direito de todos à alimentação”, afirmou o diretor para a África Oriental e Austral, Deprose Muchena.

“Milhões de pessoas enfrentam a ameaça da fome e já se encontram numa situação precária, uma vez que perderam os seus rendimentos devido aos regimes de confinamento atualmente em vigor para combater a propagação da COVID-19. A fome não deve ser utilizada para campanhas políticas. Qualquer pessoa que não disponha de meios de subsistência deve receber alimentos, independentemente da sua filiação política”, completa Deprose Muchena.

O DESPERDÍCIO ALIMENTAR E A IMPORTÂNCIA DE UMA MORATÓRIA PARA A DESFLORESTAÇÃO

*Desperdiçamos um terço da comida mundial e são as empresas que estão nas nossas ruas que perpetuam este sistema, quem o afirma é o ativista **Tristram Stuart**. Alerta para o excesso de produção alimentar nos países ricos e a comida que desperdiçam. Faz incontáveis viagens às quintas de onde vêm os legumes que estão nos nossos supermercados e já fez refeições para 5.000 pessoas em mais de 50 cidades com comida que seria desaproveitada. Nesta entrevista, falou-nos da Feedback Global, a organização que dá voz a estas causas que assentam em duas premissas essenciais: combater o desperdício e criar um sistema alimentar resiliente.*

Que escolhas individuais podemos fazer e que podem ter um impacto no desperdício alimentar?

O sítio mais fácil para começar, talvez seja em casa. Se conservarmos os legumes e vegetais, pararmos de desperdiçar comida e consumirmos menos de tudo, isso ajuda a poupar dinheiro e é algo que todos podemos fazer.

Enquanto consumidores, com que nos devemos preocupar quando compramos comida?

Não me cabe apontar o dedo e dizer como devemos viver ou comprar, porque estamos todos em situações diferentes. Os supermercados vieram trazer comida a milhões de pessoas de uma forma muito eficaz, mas as grandes cadeias que se associam estão a dizimar as mercearias. Ao evitar ir ao supermercado, evitamos um sistema de marketing multimilionário que está desenhado para nos fazer comprar mais do que aquilo que pretendemos ou precisamos. Existem opções mais justas que entregam

os legumes e a fruta em casa a preços até mais competitivos. Em Portugal, vocês têm a maravilhosa Fruta Feia!

Como vê a mudança de perceção e de atuação sobre o desperdício alimentar, desde que começou o seu trabalho como ativista?

Quando comecei, não existia nada sobre desperdício alimentar na comunicação social. As empresas ignoravam e os governos não tinham planos ou orçamentos. Hoje, uma empresa alimentar não pode abrir o seu negócio sem uma estratégia de desperdícios. O sinal mais positivo são os novos empreendedores que transformam comida que seria desaproveitada, em comida que as pessoas querem comer. No Reino Unido e na Europa, foram já aprovadas algumas leis para impedir que os supermercados possam cancelar as encomendas de legumes sem pagar. Isto é algo que acontece regularmente por não corresponderem ao tamanho ou à cor desejada, desperdiçando colheitas e

deixando agricultores sem uma compensação. A Feedback tem também conseguido alguns avanços na criação de uma regulamentação Europeia para a Ideia do Porco que permite aproveitar os desperdícios alimentares para a alimentação pecuária, reduzindo as consequências ambientais destrutivas da soja.

Que conselho daria a um indivíduo, empresa ou governo para parar o desperdício alimentar?

O mesmo: precisamos de uma moratória para a desflorestação das florestas virgens. As florestas mundiais estão a ser devastadas para produzir mais comida, motivo pelo qual consumimos e desperdiçamos tanto. Para promover a paz, prevenir a violência e negociar a resolução de conflitos, os governos aprovam leis, idealmente internacionais. É nesse nível que precisamos de pensar no ambiente.

TOAST ALE

Sabe aquelas fatias do pão que ficam sempre para o fim? A maioria acaba no lixo mas pode ser aproveitada, diz Tristram Stuart. Foi esse o mote para a criação da Toast Ale, a sua marca de cervejas artesanais feita à base de côdeas de pão. Os proveitos destinam-se a apoiar projetos e organizações ambientais e sociais, e a receita está disponível em <https://www.toastale.com/>



“MISSÃO TIJUANA”

UMA VIAGEM À FRONTEIRA ENTRE OS
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E O MÉXICO

“UM MURO (NUNCA)
DETÉM OS SONHOS”

“A LIBERDADE DE SONHAR DÁ-NOS ASAS PARA VOAR E ATRAVESSAR MUROS”.

As fotografias desta página e seguintes retratam a realidade de um lugar de fronteira, dividido por um muro omnipresente que o atravessa e corta.

São muitos os contrastes da vida na linha que separa a Baja Califórnia, hoje um estado mexicano, da Alta Califórnia, hoje um estado dos EUA.

Ambas cheias de simpatia, entre os que vivem de um lado e de outro. Respira-se mar, respira-se vida, arte, educação, surf, natureza. Respira-se alegria e acolhimento em ambos os lados da fronteira.

Mas o muro imprime ritmos. A fronteira cria identidade, como se quisesse impor e sinalizar outra realidade.

Em 2018 uma caravana humana composta de milhares de pessoas provenientes de vários países da América Central, que caminharam centenas de milhares de quilómetros desde as Honduras e El Salvador, atravessando a Guatemala, até ao México. Numa longa caminhada a pé rumo a norte, levavam apenas alguns dos seus haveres. Estas pessoas queriam chegar ao México, mas também e sobretudo aos EUA, país com longa tradição de garantia de direitos fundamentais a quem busca proteção da perseguição e das ameaças à vida mas que foi acolhida com crueldade e ameaças. Muitas ficaram pelo caminho, muitas chegaram à fronteira onde foram detidas e as famílias separadas, crianças para um lado, pais para outro.

Poucas conseguiram chegar aos EUA e aí reconstruir a vida. A maior parte ficou em Tijuana. Aí, a vida para os milhares de pessoas da caravana humana continuou aqui como era nos seus lugares de origem: de convívio chegado e persistente com a pobreza e o trabalho.



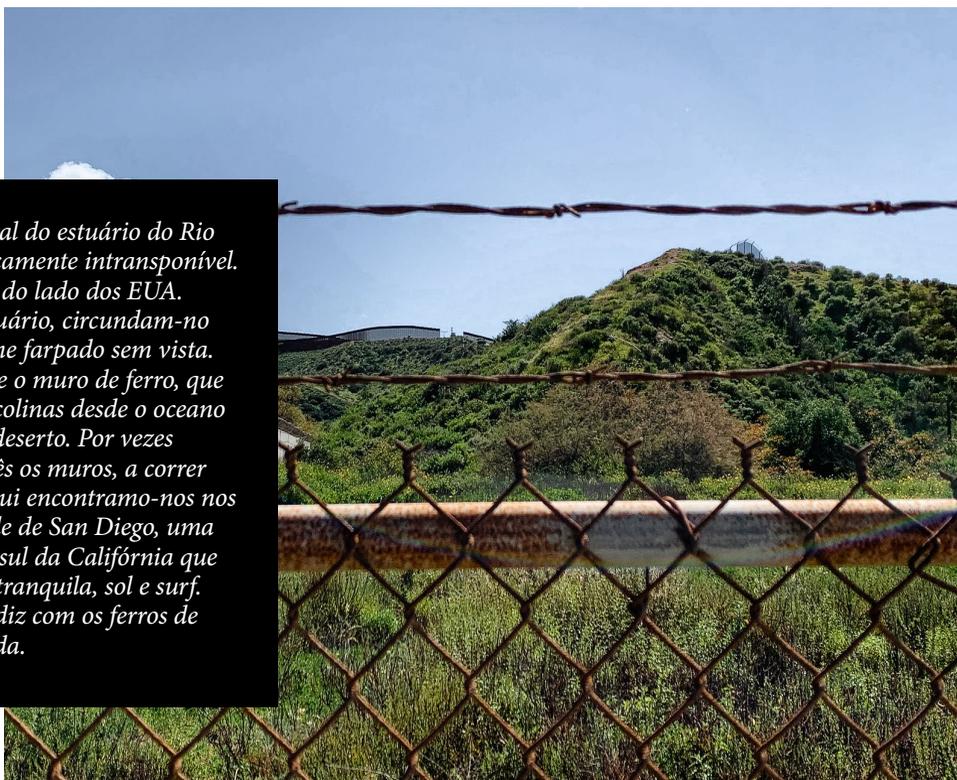
Estas fotografias fazem parte de uma exposição que pode ser visitada online

www.amnistia.pt/missao-tijuana/exposicao/



*Um muro detém os sonhos.
Mas se persistirmos percebemos que um muro nunca detém os sonhos.*

A reserva natural do estuário do Rio Tijuana é praticamente intransponível. Fica por inteiro do lado dos EUA. Ao verde do estuário, circundam-no vedações e arame farpado sem vista. E ao longe, vê-se o muro de ferro, que sobe e desce as colinas desde o oceano pacífico até ao deserto. Por vezes chegam a ser três os muros, a correr em paralelo. Aqui encontramos-nos nos limites da cidade de San Diego, uma das maiores do sul da Califórnia que nos evoca vida tranquila, sol e surf. Nada disso condiz com os ferros de ferrugem farpada.





Ponhamos de moda a felicidade.
#A cidade da esperança.
#Pensar a cores. A amizade é vida.
#Um mundo sem muros.



Além das barras de ferro que se estendem para o céu, há mais mecanismos a impedir a passagem. Quilómetros e quilómetros de arame farpado enrolado em si mesmo acompanham sempre o muro.

Além destes, há sistemas de videovigilância e estradas de terra batida para que soldados e polícia fronteiriça não tenham dificuldades de a percorrer. A border patrol divide o seu trabalho nos postos fronteiriços no controlo das entradas e saídas e nos quilómetros de terra despovoada e vazia a patrulhar o nada. Chamam-se a si mesmos a última linha de defesa do país. O objetivo é 'protect our way of life'. Para mim vou pensando que a ameaça maior não vem de fora. Nesta altura está bem dentro e ocupa a sala oval, errática e egocêntrica.





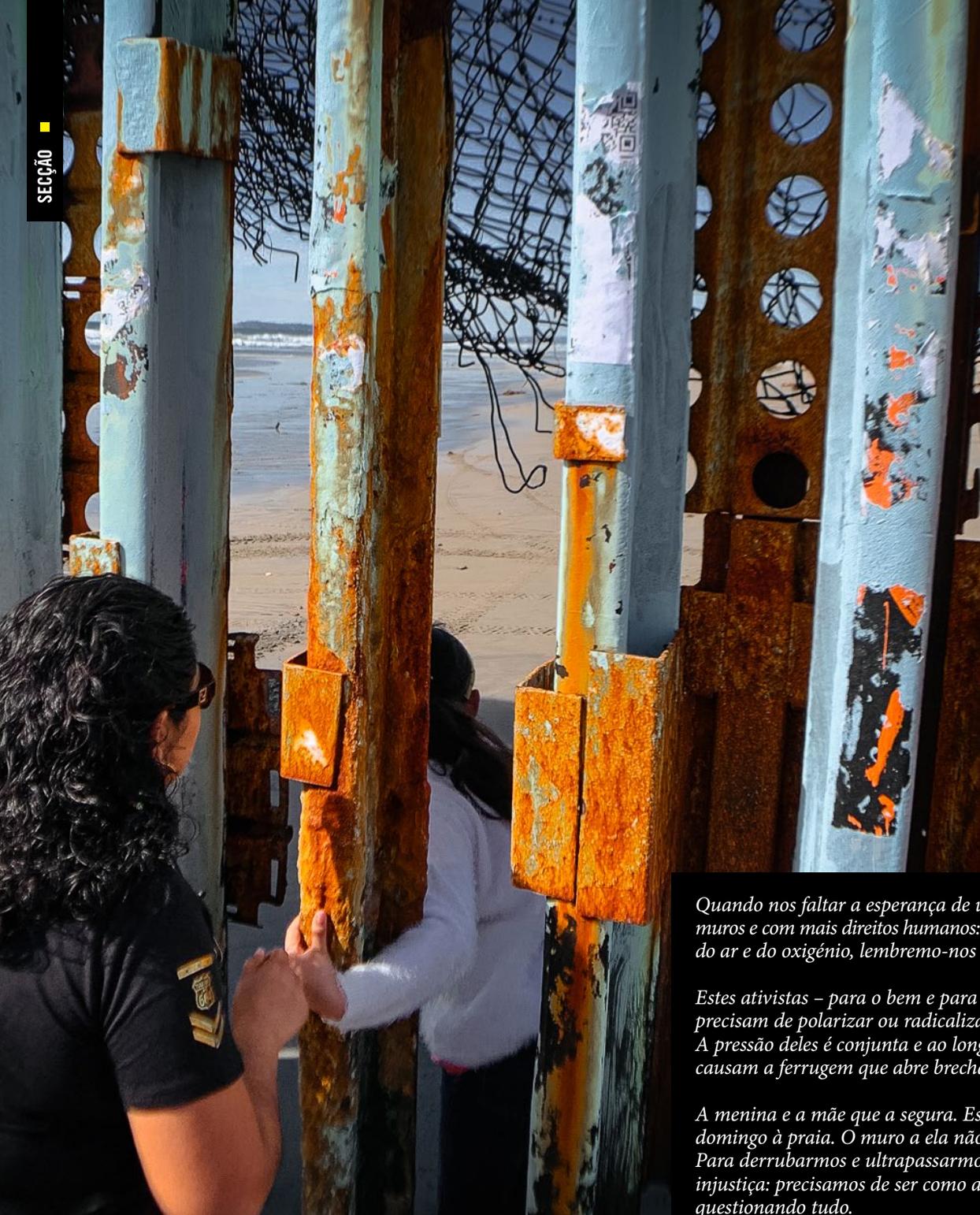
Mais perto do mar, o muro humaniza-se com a arte e a cultura. Aqui dois muros no muro, borboletas e árvores pintam a parte superior da muralha. Em baixo papagaios esvoaçam ao vento e uma menina olha para o lado dos seus sonhos. O artista pintou-a de braços abertos, em acolhimento ou também ela em voo.







A vida e a festa em Tijuana. Do outro lado, o vazio. San Diego ao fundo.



Quando nos faltar a esperança de um mundo sem muros e com mais direitos humanos: lembremo-nos do ar e do oxigénio, lembremo-nos do sal do mar.

Estes ativistas – para o bem e para o mal – não precisam de polarizar ou radicalizar discursos. A pressão deles é conjunta e ao longo do tempo causam a ferrugem que abre brechas ao muro.

A menina e a mãe que a segura. Estão de visita de domingo à praia. O muro a ela não a prende. Para derrubarmos e ultrapassarmos muros de injustiça: precisamos de ser como as crianças questionando tudo.

Não precisamos em boa verdade de mais do que os ingredientes da geologia. Com pressão e tempo tudo se transforma.



www.amnistia.pt/missao-tijuana/exposicao/

Dar a cana ou dar o peixe? – Um caminho de Justiça Social

A pandemia CoViD-19 marcou a humanidade.

Aqueles que mais estiveram expostos foram as pessoas pelas quais choramos a perda e também aqueles que sobrevivendo, viviam antes, e agora mais ainda, em circunstância de maior vulnerabilidade.

Em Itália o exemplo caricato de pessoas sem abrigo terem sido multadas por não fazerem o confinamento na sua habitação. Na Bulgária assentamentos de comunidades ciganas foram cercados pelo exército com o pretexto das cercas sanitárias. Em Espanha um jovem de ascendência norte africana e a sua mãe, foram violentados pela polícia com força desproporcional mesmo que constituíssem alguma ameaça pública. Pessoas desalojadas e despejos durante a pandemia. Nos Estados Unidos, George Floyd perdeu a vida em circunstâncias trágicas. Não foi o primeiro. Infelizmente não deverá ser o último. Na fronteira dos Estados Unidos com o México, migrantes e refugiados viram-se em dificuldades para continuar os seus trabalhos, desde a venda ambulante aos seus empregos mais formais. Muitas pessoas no mundo perderam o seu trabalho para nenhuma alternativa pela paralisação económica.

Quem vive em situação de pobreza, quem pertence a certas etnias, nacionalidades, quem vive em movimento, desde migrantes a refugiados, está mais exposto.

Há um caminho de Justiça Social a ser feito para reverter esta situação. E é preciso ter esperança porque esse caminho pode fazer-se.



PEDRO A. NETO

Diretor-executivo da
Amnistia Internacional Portugal

“No debate entre a metáfora de “dar a cana ou peixe”, necessitamos de compreender que ambos são necessários e não existem em alternativa. Juntos, não são sequer suficientes.”

No debate entre a metáfora de “dar a cana ou peixe”, necessitamos de compreender que ambos são necessários e não existem em alternativa. Juntos, não são sequer suficientes.

Dar o “peixe” é entendido como assistencialismo. E este tem sido mal percebido. Tem sido criticado por eternizar a condição de vulnerabilidade, não permitindo às pessoas que dele beneficiam, subir a escada do desenvolvimento e sair da situação de injustiça e vulnerabilidade.

É uma crítica válida se se ficar por esse assistencialismo. É uma crítica inválida pois alguém que viva numa situação de emergência ou calamidade humanitária precisa primeiro que tudo de assistência urgente. Ninguém com fome ou doente consegue ir à escola ou capacitar-se ou desenhar soluções para a sua comunidade passar a viver bem. Dar a cana de pesca, é importante. Mas alguém em desespero não conseguirá fazer nada com ela.

O caminho do Desenvolvimento tem também de ser integrado e integrador. Temos de nos deixar de paternalismos. Quem disse que o modelo “cana de pesca” que me serve a mim, serve para os outros? É preciso diálogo entre as partes, envolver principalmente as pessoas interessadas para desenhar uma “cana de pesca” mais adequada para o contexto de vida da comunidade que ela vai servir.

Finalmente, é preciso cuidar do rio. Cuidar da sua sustentabilidade para que nunca falem os bens necessários à vida das pessoas. Políticas públicas que promovam o planeta de onde todos os recursos que necessitamos para viver nunca falem e não sejam açambarcados por ninguém.

Um caminho de Justiça Social exige tudo e de modo complementar: assistencialismo em situação de emergência; políticas de desenvolvimento e de saída dessas situações e políticas justas e equilibradas que cuidem do planeta e dos bens que toda a humanidade necessita para uma vida digna e plena de direitos humanos.



© Caucasian Knot



RÚSSIA

JORNALISTA ELENA MILASHINA EM PERIGO DE VIDA APÓS RECEBER AMEAÇAS DE MORTE

Em todo o mundo, os jornalistas enfrentam ameaças, são alvo de intimidação, violência, perseguição e prisão, apenas pelo seu trabalho pacífico e absolutamente fundamental.

Exemplo disso é o caso da jornalista Elena Milashina, na Chechênia, que recebeu ameaças de morte após publicar um artigo no jornal independente Novaya Gazeta sobre a resposta das autoridades à pandemia de Covid-19.

Na sequência desse artigo, o líder da República da Chechênia, Ramzan Kadyrov, publicou um vídeo onde acusa jornalistas do Novaya Gazeta de serem “fantoques do Ocidente” e apela à administração presidencial e aos Serviços de Segurança Federais a “pararem estes não-humanos que escrevem e provocam as nossas pessoas”.

Ramzan afirma ainda que, caso não o façam, alguém na Chechênia terá de “cometer um crime” para silenciar Elena.

Felizmente, sabemos que é possível fazer justiça. Afinal, em 2020, com a ação de milhares de pessoas, já conseguimos a libertação de outros dois jornalistas detidos pelo seu trabalho durante a pandemia de Covid-19. Tal como eles, Elena precisa de proteção e da sua ação.

APELO DA RÚSSIA

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online aqui: www.amnistia.pt/agir-apelar-russia

© AFP via Getty Images



GRÉCIA

PROTEGER OS REFUGIADOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS ILHAS GREGAS

As condições de vida para refugiados e requerentes de asilo nas ilhas gregas são desumanas. Em março, a população nos campos de refugiados nas ilhas era de 37000, quando as instalações apenas têm capacidade para 6095. O acesso a bens de higiene, comida e cuidados médicos é muito limitado e o número de profissionais de saúde é insuficiente.

Ao invés de proteger estas pessoas da pandemia, as autoridades gregas têm restringido ainda mais os seus direitos e têm recusado os pedidos de asilo a quem chegou ao país nos últimos dias.

Todas estas condições tornam impossível a proteção de quem se encontra nos campos, colocando milhares de vidas em risco. Com a ajuda da União Europeia, as autoridades gregas devem promover o respeito pelos direitos humanos e agir para proteger quem vive nestes campos.

APELO DA GRÉCIA

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online aqui: www.amnistia.pt/agir-apelar-grecia



TURQUIA

LIBERDADE PARA QUEM ESTÁ INJUSTAMENTE PRESO E EM MAIOR RISCO FACE À COVID-19 NA TURQUIA

A resposta à pandemia de Covid-19 na Turquia deveria considerar a proteção de todas as pessoas. Mas, infelizmente, as vidas de milhares de pessoas que estão presas injustamente e as das equipas que trabalham nos estabelecimentos prisionais permanecem em risco.

Em abril, o Parlamento passou uma lei que se espera que permita a libertação antecipada de cerca de 90 000 pessoas. Mas muitas outras não foram consideradas e irão permanecer atrás das grades. Entre elas, jornalistas, defensores de direitos humanos, advogados, políticos da oposição, ativistas e muitos outros presos simplesmente por exercerem os seus direitos.

A Covid-19 já chegou às prisões na Turquia e já fez vítimas mortais, para além de dezenas de pessoas estarem infetadas. Este é o momento de apelar ao Ministro da Justiça turco para que liberte todas estas pessoas que estão em risco de infeção e que nem sequer deveriam estar na prisão.

APELO DA TURQUIA

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online aqui:
www.amnistia.pt/agir-apelar-turquia



BRASIL

O BRASIL DEVE PROTEGER OS GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS DURANTE A PANDEMIA

A pandemia expôs de forma muito concreta as desigualdades no Brasil. Apesar de ser fundamental garantir o acesso a cuidados de saúde adequados, é igualmente importante garantir que todas as pessoas têm condições para o fazer.

Desde quem mora na favela até aos indígenas, das pessoas em privação de liberdade aos quilombolas, dos profissionais de saúde até aos trabalhadores e trabalhadoras informais, são necessárias medidas concretas e urgentes das autoridades brasileiras para minimizar os graves impactos da Covid-19.

Compete às autoridades brasileiras federais, estaduais e municipais, ouvir, respeitar e compreender as necessidades da sua população durante a pandemia e garantir uma resposta centrada em direitos humanos.

APELO DO BRASIL

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online aqui:
www.amnistia.pt/agir-apelar-brasil



Abolição da pena de morte no Estado do Colorado

USA

Em abril de 2020, nos EUA, o governador do Colorado assinou uma lei que pôs fim à pena de morte nesse estado. Com essa decisão, o Colorado tornou-se no 22º estado a abandonar a pena capital e aproximou os EUA da lista que, em todo o mundo, já conta com 106 países que aboliram a pena de morte na lei para todos os crimes e com 142 que aboliram a pena de morte na lei ou na prática.



©Amnesty Internacional



©DR

A solidariedade não é um crime

FRANÇA

Em maio, o agricultor Cédric Herrou foi absolvido do crime de “ajuda à entrada irregular” em França. A acusação teve como origem o auxílio prestado a requerentes de asilo em Valley Roya, na fronteira entre França e Itália.

A decisão do Tribunal de Recursos de Lyon é particularmente emblemática sobretudo quando considerarmos a forma como os mais simples atos de solidariedade com requerentes de asilo e refugiados têm sido criminalizados na Europa. É uma vitória para a justiça e para os direitos humanos.



© Hospital Clinic Barcelona

A solidariedade não é um crime

PORTUGAL

Mais de 5000 pessoas assinaram a petição da Amnistia Internacional relativamente à urgência e necessidade de garantir proteção adequada para todos os profissionais de saúde no contexto do combate à pandemia de Covid-19 em Portugal.

O apelo, com todas as assinaturas, foi enviado para as autoridades portuguesas no dia 7 de maio e teve por base os relatos preocupantes que indicavam as carências

de equipamentos de proteção individual. Apesar dos diversos contextos, era possível concluir que faltavam máscaras, luvas, fatos e viseiras, bem como produtos de desinfecção à base de álcool.

A Amnistia Internacional irá continuar a trabalhar para garantir que os direitos humanos são colocados no centro de todas as respostas governativas.



©DR

Wang Quanzhang finalmente em liberdade

CHINA

Wang Quanzhang, um advogado de direitos humanos da China, foi finalmente libertado após ter cumprido quatro anos e meio de prisão por “incitar à subversão do poder do Estado”. Apesar de, inicialmente, Wang Quanzhang não ter podido reunir-se com a sua família devido à pandemia de Covid-19 e ter

ficado em quarentena, no dia 27 de abril a Amnistia teve conhecimento de que o advogado conseguiu finalmente regressar a casa. De Portugal foram enviadas mais de 200 assinaturas para as autoridades chinesas apelando à sua libertação imediata.

Legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo na Costa Rica

COSTA RICA

No dia 26 de maio registámos mais um importante avanço em matérias de direitos humanos, sobretudo na esfera dos direitos LGBTI. A Costa Rica tornou-se no mais recente país a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo e o sexto a fazê-lo

na região da América Central. Uma notícia esperada desde agosto de 2018 quando o Tribunal Constitucional do país decidiu que a proibição do casamento entre pessoas do mesmo sexo era inconstitucional.



©Amnesty Internacional



© Amnesty International

Fim da pena de morte para crianças

ARÁBIA SAUDITA

A Arábia Saudita anunciou que irá deixar de condenar à morte pessoas que tenham menos de 18 anos na altura em que o crime foi cometido e nos casos onde não se apliquem as leis contra o terrorismo. A pena de morte passará a ser substituída por uma condenação máxima de 10 anos na prisão.

Esta é uma vitória muito importante, sobretudo naquele que é um dos países que regista maiores números de execuções em todo o mundo (registaram-se 184 em 2019). Representa, por isso, um passo positivo no caminho até à abolição total da pena de morte.



© Sergio Ortiz Borbolla / Amnesty International

JORNALISMO A CAMINHO DE SE TORNAR MERA EXPRESSÃO EM *itálico*



PEDRO COELHO

Jornalista e professor universitário

Os jornalistas já foram heróis, hoje são vilões.

As mais recentes sondagens sobre a confiança que os cidadãos depositam nas profissões colocam os jornalistas nas últimas posições dos rankings. Uma profissão, cujo combustível é a confiança, arrasta-se aos empurrões, com o combustível a vaziar nos tanques. O jornalista é um saco de boxe, esmurrado pelo ódio destilado nas redes sociais.

Sou jornalista há 32 anos e estou farto. Não me canso de ser escrutinado. Os jornalistas têm de ser escrutinados. Mas canso-me do efeito das ondas intempestivas que – qual arrastão – destroem tudo à sua passagem.

Essas hordas incivilizadas são marionetas do populismo que inunda a política e a sociedade. Os líderes populistas vivem do discurso oportunista com que cativam massas desesperadas de marionetas.

Trump, Bolsonaro, Orbán, Salvini, Le Pen, Bannon, Abascal, Ventura, Farage, Boris Johnson... são apenas alguns dos marionetistas que dizem ao povo o que o povo quer ouvir. Querem todos o mesmo: conquistar poder e influência servindo-se do povo, criando a ilusão que servem o povo desinteressadamente. Parte desse sucesso depende da forma como conseguem descredibilizar o jornalismo. O jornalismo “sério e honrado”, para usar uma expressão de uma jornalista que nunca se vergou, Martha Gellhorn, é a única barreira à progressão das lideranças oportunistas.

O jornalismo está a perder a guerra contra o populismo.

O jornalismo, contaminado pelo mercado, falhou, pôs-se a jeito, abriu brechas no edifício de credibilidade que o deve sustentar. Permitirmos

que o jornalismo continue a ser gerido pelo capitalismo representa um risco permanente. O frágil equilíbrio que se consegue quando forçamos um bem público, o jornalismo, que deve gerar lucro social, a ter, igualmente, de gerar lucro financeiro, fica muito mais frágil quando o mercado está, desde o início do século XXI, em estado vegetativo.

Em tempos de crise global, como a que vivemos nestes agonizantes meses de 2020, o jornalismo levanta a cabeça. Ao mesmo tempo que conseguem expor a fragilidade das lideranças populistas, as marcas, cuja confiança resistiu à implosão acionada pelas lideranças populistas, recuperam credibilidade.

No mundo inteiro sites informativos, rádios, televisões jornais de marcas credíveis acumulam as maiores audiências. Alan Rusbridger, antigo editor do Guardian, alertava-nos para isso mesmo, num artigo de opinião que publicou no jornal onde trabalhou mais de 20 anos, a 3 de maio, dia mundial da liberdade de imprensa: 60 por cento dos britânicos valorizam o trabalho feito pela BBC em tempos de pandemia, o dobro dos índices da Sky e dez vezes mais do que os do The Sun. A BBC permanece marca de confiança, apesar do populista Boris Johnson ter anunciado, como uma das primeiras medidas, depois de ter sido eleito primeiro-ministro, o desmantelamento da estação pública.

Não deixa de ser curioso notarmos a capacidade de resistência da BBC. Afinal, a mais intrincada encruzilhada do jornalismo capitalista – a necessidade de gerar lucro financeiro e social ao mesmo tempo – não atravessa a BBC.

Se o histórico da RTP em matéria de intervenção política não se afirma coroa de glória, as regras, nesse particular, na BBC estão definidas e, no essencial, são cumpridas. Num estudo do Digital News Report, referente a 2018, os índices de confiança das marcas em Portugal colocam a RTP, com 7,48

pontos, praticamente a par de outras marcas (Expresso – 7,32, Público – 7,20, SIC – 7,16). As diferenças assinaladas no Reino Unido estão longe de se verificar em Portugal.

Este tempo de incerteza que vivemos, onde o jornalismo reacendeu a luz do farol, poderia ser o tempo da RTP. À estação pública, o todo poderoso mercado não a afeta. Os grupos privados de Comunicação Social apresentam quebras nas receitas que oscilam entre os 50 e os 70 por cento. Um dos principais grupos de media, a Global Media, dona do DN, JN, TSF e o Jogo, avançou para o lay-off a 20 de abril.

As mais recentes sondagens sobre a confiança que os cidadãos depositam nas profissões colocam os jornalistas nas últimas posições dos rankings. Uma profissão, cujo combustível é a confiança, arrasta-se aos empurrões, com o combustível a vazar nos tanques. O jornalista é um saco de boxe, esmurrado pelo ódio destilado nas redes sociais.

Erros de gestão anteriores, gerados pela obsessão do lucro e por crises acionistas, no caso da Global Media, quebras sucessivas na receita publicitária - impostas pela crise digital, pela crise do subprime e agora pela pandemia atiraram a Comunicação Social portuguesa para o fundo do poço. Alguns resistem, mas a que preço? Que parcelas do mundo ficarão por cobrir quando o jornalismo entrar em lay-off? Que novas cedências terá o jornalismo de fazer para estancar a perda compulsiva de receitas? Depois de cada crise, o jornalismo fica cada vez mais entre aspas. Um dia será mera expressão em itálico.

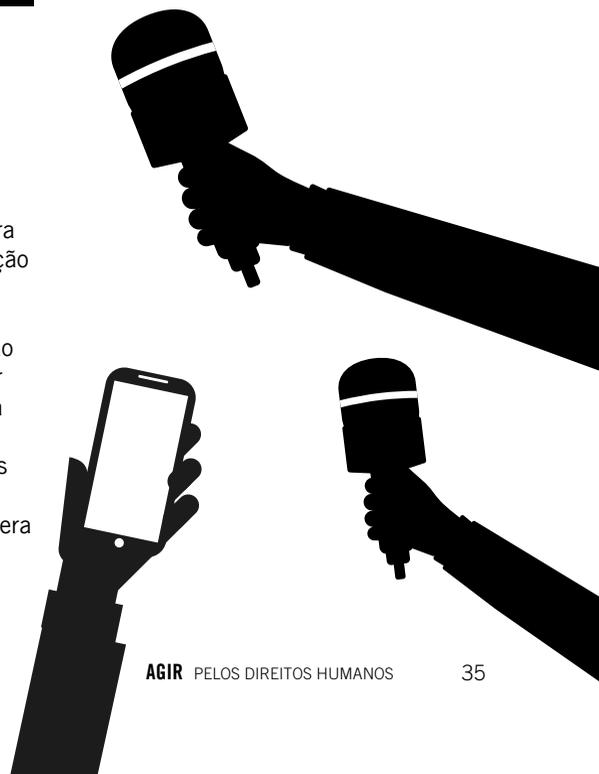
Um jornalismo manietado por crises de credibilidade é pasto para lideranças populistas incendiárias.

A receita serviu-nos 200 anos. Como assinalam Bill Kovach e Tom Rosenstiel, o jornalismo dos séculos XIX e XX foi alimentado por um “acidente feliz”: um bem público foi financiado por uma das expressões mais solenes do mercado, a publicidade. Mas esse tempo, passou.

No meio do alvoroço provocado pelas diversas crises, é urgente pensarmos num novo modelo de financiamento do jornalismo, que o liberte da impossível equação imposta pelo capitalismo.

Em 2016, Julia Cagé escreveu-nos o guião - a aposta numa ajuda indireta do Estado: todas as pessoas ou entidades que decidam apoiar o jornalismo teriam direito a isenções fiscais na proporção idêntica ao investimento. Para a autora francesa estava fora de causa que o apoio de pessoas e entidades ao jornalismo representasse intervenção editorial; porque só essa garantia protegeria o jornalismo da pressão dos interesses individuais.

Em nome da independência; em nome da liberdade.





De um lado está o senhorio com ameaças de cortar água e luz, mandar demolir o edifício e integrar os moradores mais idosos num lar. Do outro estão 16 famílias residentes no prédio Santos Lima, em Marvila, Lisboa que se recusam sair. Emília Raposo tem 93 anos, sofre de cegueira e nasceu no Santos Lima.

Nova Lisboa

“Explora o conceito de casa e pertença, do medo e da insegurança que andam de mãos dadas quando não se tem uma morada fixa, nem um lugar seguro para descansar à noite. O dia-a-dia dos mais vulneráveis na cidade apresenta-se recheado de pequenas tristezas, de grandes perdas e de solidão, mas também de amor familiar, de luta constante. Vítimas do “milagre económico Português”, da turistificação e dos processos de expansão da cidade, mais de 10.000 famílias foram despejadas na capital desde 2016. A crise da habitação que se faz sentir em Lisboa espera-se que piore com a crise da Covid-19”.

Gonçalo Fonseca é um fotógrafo documental que desde 2017 se dedica inteiramente à fotografia com foco nos temas de Saúde e Habitação.

Tem trabalhos feitos e publicados em vários países como Portugal, Espanha, China e Índia. Foi finalista em diferentes concursos nacionais e internacionais, recebeu vários prémios, incluindo o Allard Prize for International Integrity (Canadá, 2019).

Durante mais de um ano, Gonçalo Fonseca, acompanhou famílias que vivem diariamente com a ameaça do despejo, pessoas que vivem na rua e famílias forçadas a ocupar casas abandonadas, para tentar garantir uma vida melhor para os seus filhos. Nova Lisboa é um testemunho de uma cidade em constante mudança, do pulsar de inúmeras vidas num limbo.

As suas histórias encontram-se nestas páginas e continuam em :

www.amnistia.pt/outros-olhares-nova-lisboa/



Zé Maria, 87 anos, viveu no Santos Lima a vida toda, tal como os seus pais. Este antigo militar, que cumpriu serviço na Índia, diz que a sua única vontade é passar os últimos dias na casa onde sempre viveu



Maria Pereira, de 78 anos foi posta na rua pelo seu senhorio em Setembro de 2019 e durante duas semanas dormiu nas ruas da capital. Maria foi processada em tribunal pelo senhorio por estar a ocupar ilegalmente a casa, apesar de ter as rendas em dia. Sem saber ler nem escrever, e sem oportunidade de defesa acabou na rua. Maria Pereira vive agora com familiares e está a lutar uma batalha legal contra quem a expulsou da sua casa.



Nicole, de 19 anos, aproveita os últimos raios de luz do dia na casa que está a ocupar com a sua família na zona da Ajuda.



A família da Helena vive numa cave alugada na Amadora, onde não têm acesso a água canalizada.

Não podem estar sempre a lavar as mãos, nem fazer a quarentena num quarto separado. Vivem 3 adultos e 5 crianças no mesmo espaço há mais de um ano quando a casa da Helena no bairro Estrela de África foi demolida.



Fabiana (esquerda) brinca com as suas amigas na Zona J em Chelas. A sua família está a ocupar uma casa municipal há quase quatro anos.





A família da Helena ficou sem escolhas. Depois da casa que ela tinha construído no Bairro Estrela de África ter sido demolida, e de o seu ex-marido ter fugido com o dinheiro que lhe restava da indemnização, ficaram sem um sítio onde morar. Há mais de um ano que vivem numa cave alugada, sem condições nem água corrente.



ERIKA GUEVARA-ROSAS

DIRETORA PARA AS AMÉRICAS DA AMNISTIA INTERNACIONAL

ENTREVISTA

“A região tem alguns dos exemplos mais nefastos de sistemas de saúde à beira do colapso”

A diretora para as Américas da Amnistia Internacional, Erika Guevara-Rosas, faz um balanço da resposta dos governos à COVID-19, numa região que ainda continua a lutar contra a pandemia.

Dos grupos historicamente marginalizados aos migrantes, requerentes de asilo e refugiados, há vários motivos de preocupação. Até porque as desigualdades persistem.

COM A CRISE SANITÁRIA DE COVID-19, OS PROBLEMAS DE DIREITOS HUMANOS NAS AMÉRICAS FICARAM MAIS VISÍVEIS OU ACABARAM ESQUECIDOS?

A pandemia de COVID-19 chega à região das Américas para desmascarar ainda mais as grandes desigualdades e

aprofundar os retrocessos em matéria de direitos humanos que vivemos há muitos anos. Consequentemente, deve ser entendida não só como um tema de saúde pública, mas também como uma emergência de direitos humanos.

A persistência da violência, dos altos índices de homicídios e feminicídios, a discriminação e a profunda desigualdade, a degradação e exploração do meio ambiente, aos quais se juntam o enfraquecimento institucional, a corrupção e a impunidade, deixam a descoberto que os nossos governos não estão à altura das necessidades e exigências dos seus cidadãos. A região tem das maiores desigualdades do mundo, com índices ofensivos, como o facto dos dez por cento mais ricos concentrarem 37 por cento do total dos rendimentos, enquanto os 40 por cento

© Amnistia Internacional Argentina

mais pobres recebem menos de 13 por cento dos recursos. As quarentenas ou o confinamento obrigatório, aplicados em muitos países da região, como Argentina, Perú, El Salvador, Honduras, República Dominicana, entre outros, têm consequências na liberdade de movimento das pessoas e, dependendo de como se aplicam, podem constituir também uma privação arbitrária. Estas medidas são pouco realistas na região, onde a Organização Internacional do Trabalho estima que 140 milhões de pessoas trabalham nos setores informais da economia, tendo que sair todos os dias de casa para procurar sustento para as suas famílias.

QUE TIPO DE DENÚNCIAS RECEBERAM?

Preocupam-nos as múltiplas denúncias que recebemos de vários países do continente que apontam para o uso excessivo de força e detenções arbitrárias com o objetivo de fazer cumprir o recolher obrigatório ou medidas semelhantes. Em El Salvador, por exemplo, desde 21 de março, data em que entrou em vigor a quarentena nacional obrigatória, foram recebidas centenas de denúncias de violações de direitos humanos cometidas pelas forças de segurança.

Apesar das decisões do Tribunal Constitucional que indicam o contrário, centenas de pessoas continuam detidas por alegadas violações da quarentena e foram levadas para “centros de contenção” do governo ou, inclusivamente, para esquadras da polícia. Na Venezuela, documentámos casos de criminalização de jornalistas e pessoal médico que denunciou as condições precárias do sistema de saúde. No Chile, foram reportados incidentes de violência policial para obrigar as pessoas a manterem-se em casa.

No campo específico das mulheres e raparigas, registou-se um aumento dos casos de violência de género num contexto em que o confinamento impôs um quotidiano perigoso com os seus agressores.

COMO É O ACESSO AO DIREITO À SAÚDE NO CONTINENTE?

Na grande maioria dos países, os serviços de saúde estão segmentados, com exceção de Brasil, Cuba, Bolívia e Equador, onde o Estado é o principal prestador de cuidados. Mas, mesmo nesses casos, as infraestruturas são precárias e, muitas vezes, a capacidade limitada, os poucos investimentos e a corrupção acabam por dismantelar toda a possibilidade de saúde abrangente.

A região tem alguns dos exemplos mais nefastos de sistemas de saúde à beira do colapso. Antes da pandemia, Nicarágua, Honduras, Guatemala, Bolívia e Paraguai já recebiam apoio

“O México e os Estados Unidos continuaram a expulsar milhares de migrantes e requerentes de asilo para Guatemala, El Salvador e Honduras, apesar da pandemia e dos fracos sistemas de saúde que existem nesses países”.

especial da Organização Panamericana de Saúde. A Venezuela é um exemplo crítico: quando a ONU publicou um relatório especial sobre a situação no país, em meados de 2019, concluiu que o governo não estava a cumprir com as suas obrigações, inscritas em tratados, relacionadas com o direito à saúde, e que a situação sanitária era “grave” com os hospitais a apresentarem “carências de pessoal, fornecimentos, medicamento e eletricidade para manter em funcionamento as equipas”. O Haiti é outro exemplo de um sistema de saúde no limite, com os hospitais sem medicamentos e tratamentos essenciais, e com cortes de água e eletricidade.

No caso particular dos Estados Unidos, o acesso a testes para detetar a COVID-19 aumentou desde 5 de junho. No entanto, os problemas a longo prazo do sistema de saúde continuam por resolver, incluindo os elevados custos para aqueles que não têm um seguro.

O BRASIL APRESENTA NÚMEROS MUITO ELEVADOS DE MORTES E CONTÁGIOS. COMO ANALISA A RESPOSTA DAS AUTORIDADES À COVID-19?

O país tem o maior número de casos da América Latina e é o segundo do mundo com mais infetados. De acordo com a Organização Mundial de Saúde [OMS], o Brasil ainda não entrou na fase mais crítica da pandemia, pelo que



© Amnistía Internacional Argentina

o problema se pode agravar ainda mais, se a mesma não for enfrentada de uma forma adequada e respeitando os mais altos padrões de direitos humanos.

Até agora, a resposta tem sido muito segmentada, com muitas diferenças dependendo dos governos de cada estado. A nível federal, não só se observa uma falta de coordenação para que o foco da proteção esteja em grupos da população em maior risco, mas também várias mensagens contraditórias e negligentes do presidente Bolsonaro que levam a que a situação se torne cada vez mais complexa. Recentemente, também ameaçou retirar o Brasil da OMS, uma ação que se segue à da administração Trump.

A desigualdade persistente no Brasil contribui para os maiores riscos que os grupos historicamente marginalizados enfrentam, como os povos Indígenas e quilombolas, as pessoas em situação de pobreza e confinadas nas favelas, as pessoas privadas de liberdade, as mulheres e as pessoas LGBTI+, entre outros.

OS POVOS INDÍGENAS ESTÃO EM PARTICULAR RISCO?

De acordo com informações da APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, até 2 de junho, 147 indígenas morreram por COVID-19 e 1350 tinham sido infetados. As duas principais medidas anunciadas pelo governo foram o reforço dos cuidados especializados da Secretaria Especial de Saúde Indígena e ajuda humanitária. No entanto, pudemos verificar que a ajuda humanitária oferecida pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos às comunidades indígenas e quilombolas, desde março, ainda não foi totalmente mobilizada.

Também temos visto com preocupação que atividades extrativas, por exemplo de minérios, foram consideradas



© Amnistia Internacional Argentina

essenciais durante a pandemia pelo Ministério de Minas e Energia. Isto representou um alto risco para as comunidades de povos indígenas, expostas à presença dos trabalhadores das empresas.

COMO SE ENCONTRAM OS MIGRANTES, REQUERENTES DE ASILO E REFUGIADOS DO CONTINENTE PERANTE OS RISCOS QUE JÁ EXISTIAM NO PASSADO E, AGORA, FORAM AGRAVADOS COM A PANDEMIA?

O México e os Estados Unidos continuaram a expulsar milhares de migrantes e requerentes de asilo para Guatemala, El Salvador e Honduras, apesar da pandemia e dos fracos sistemas de saúde que existem nesses países, e muitas vezes violando os padrões internacionais. Ao regressarem aos seus países de origem, as pessoas repatriadas e deportadas são obrigadas a fazer quarentenas obrigatórias, de duas semanas nas Honduras ou mesmo durante mais de 40 dias em El Salvador, em centros que geralmente não têm condições

mínimas. Quando podem sair, enfrentam múltiplas dificuldades e uma grande precariedade, desde a impossibilidade de viajarem até casa devido à suspensão dos transportes públicos, à fome pela falta de emprego, às proibições impostas pelas ordens de recolher obrigatório e à estigmatização – um problema que é criado na própria comunidade a que pertencem, onde são vistos como um possível fator de contágio.

Por outro lado, o encerramento das fronteiras e o recolher obrigatório nos países da América Central fizeram com que os migrantes ficassem presos na região, recebendo geralmente apenas o apoio da sociedade civil. Por exemplo, quando a fronteira entre as Honduras e a Guatemala foi fechada, mais de 100 pessoas do Haiti e de Cuba, incluindo famílias com bebês e mulheres grávidas, foram forçadas a ficar no sul das Honduras, durante semanas, até que, no início do mês de junho, decidiram retomar a sua jornada até ao México, mas foram confrontadas com postos de controlo da polícia nacional que bloqueava a passagem.

NO CASO DOS ESTADOS UNIDOS, COMO TEM SIDO A RESPOSTA DAS AUTORIDADES A ESTE PROBLEMA?

As práticas de deportação e expulsão adotadas pelo governo estão a colocar em risco toda região. Desde o início da pandemia, mesmo com os procedimentos de asilo suspensos, a maioria dos processos judiciais de imigração foi interrompida e foram impostas extensas restrições de viagens. A administração Trump continuou as deportações a um ritmo acelerado e dezenas de voos de deportação foram realizados, incluindo muitos para países cujos sistemas de saúde sobrecarregados poderiam entrar em colapso como resultado dessas medidas.

O governo usou a pandemia de COVID-19 como uma desculpa para fechar parcialmente a fronteira terrestre sul com o México, permitindo a entrada comercial, mas proibindo totalmente a entrada de requerentes de asilo. Em vez de cumprir as suas obrigações sob a lei americana e internacional, de receber e processar pedidos de asilo de pessoas que buscam proteção, o governo “expulsou” milhares de requerentes, de forma rotineira, sem o devido processo, incluindo crianças desacompanhadas.

ALÉM DA CRISE SANITÁRIA, OS ESTADOS UNIDOS VIVEM TEMPOS MARCADOS PELO TEMA DO RACISMO E DA VIOLÊNCIA POLICIAL.

A pandemia agravou as falhas institucionais de longo prazo do sistema de saúde dos Estados Unidos no cumprimento do direito à saúde em condições de igualdade para todas as pessoas. De acordo com um relatório recente divulgado pelo Centro para o Controlo e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos sobre a morbidade e mortalidade relacionadas com a COVID-19, os internamentos em hospitais de todo o país foram duas

vezes mais elevados entre os negros, o que indica que, num contexto de emergência de saúde pública, as desigualdades económicas enfrentadas por estes, enquanto minoria racial, têm um impacto significativo no risco a que estão expostos. Sublinhando este tipo de desigualdade com base na discriminação institucional, no caso do homicídio de George Floyd pela polícia de Minneapolis, foi determinado na autópsia que tinha contraído COVID-19, embora isso não foi um fator agravante da sua morte.

As questões dominantes da pandemia e da responsabilidade policial também trouxeram à tona outra grande preocupação de direitos humanos nos Estados Unidos, relacionada com o uso excessivo da força pelas autoridades encarregues de fazer cumprir a lei na vigilância de protestos pacíficos. O gozo do direito à liberdade de reunião nos Estados Unidos também parece estar sujeito a discriminação, uma vez que as manifestações pacíficas de comunidades de cor são mais propensas a acabar com detidos e uso da força.

A resposta federal cada vez mais militarizada aos protestos maioritariamente pacíficos, em Washington DC, suscita preocupações de que a volatilidade política nos Estados Unidos pode levar a confrontos violentos nos próximos meses, durante a campanha eleitoral. Além disso, o desmantelamento do sistema de asilo dos Estados Unidos que o governo Trump está a tentar tornar permanente é outra das preocupações. Paralelamente, um dos assuntos que recebeu menos atenção da comunicação social durante a pandemia, mas que demonstra os retrocessos da atual administração, é o ataque institucional ao quadro jurídico internacional dos direitos humanos em termos mais amplos, mesmo sob os auspícios da chamada “Comissão de Direitos Inalienáveis” do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

“O gozo do direito à liberdade de reunião nos Estados Unidos também parece estar sujeito a discriminação, uma vez que as manifestações pacíficas de comunidades de cor são mais propensas a acabar com detidos e uso da força”

O governo Trump tenta priorizar o direito à liberdade de religião sobre todos os outros com os quais a prática religiosa pode entrar em conflito, incluindo os direitos das pessoas LGBTI+ e os direitos reprodutivos, entre outros.

QUE LIÇÕES PODEMOS RETIRAR DA PANDEMIA?

Para Amnistia Internacional, a lição mais importante reside na forma como reagimos à pandemia na perspectiva dos direitos humanos.

As populações vulneráveis devem estar no centro das políticas e medidas que os Estados adotam e implementam para enfrentar os desafios em matéria de saúde e desenvolvimento. Num cenário pós-COVID-19, é necessário o papel da cooperação internacional e das organizações da sociedade civil para ampliar as vozes daqueles que enfrentam de forma mais grave os desafios e as consequências da pandemia. Mulheres, migrantes e refugiados, pessoas na prisão, povos indígenas, comunidades rurais e pessoas LGBTI+ exigem que as suas necessidades sejam atendidas. Os desafios que as economias vão enfrentar serão muitos e variados, mas em nenhum momento o regresso a uma nova normalidade deve ser assumido sem a garantia de direitos para todos.



© Arquivo - Amnistia International

À LUPA

Cabo Delgado: Da opressão à violência

No passado dia 7 de abril de 2020, Ibraimo Abú Mbaruco, jornalista da Rádio Comunitária de Palma, não regressou a casa, em Palma, na província de Cabo Delgado, em Moçambique, depois de sair do seu trabalho. A sua família e colegas receiam que Ibraimo tenha sido vítima de detenção arbitrária, uma vez que foi abordado por militares depois de sair da estação de rádio, no caminho para casa. Na altura terá enviado uma SMS a um colega assumindo que estava “rodeado por militares” e a pedir para “lhe ligar”. Desde então, nunca mais foi visto e não há quaisquer notícias sobre o seu paradeiro.

No dia seguinte, familiares e colegas de Ibraimo Abú Mbaruco dirigiram-se ao quartel militar em Palma, onde os militares sugeriram que o procurassem na esquadra da polícia. Os familiares e colegas apresentaram queixa sobre o seu desaparecimento forçado junto do governo distrital de Palma e do comando distrital da Polícia da República de Moçambique (PRM). A 14 de Abril, a família apresentou na Procuradoria-Geral de Cabo Delgado um pedido às autoridades judiciais para que tomassem as medidas necessárias para assegurar a libertação de Ibraimo Abú Mbaruco.

O desaparecimento de Ibraimo Abú Mbaruco não tem, no entanto, sido esquecido um pouco por todo o mundo. A Amnistia Internacional já realizou uma ação urgente enviada à ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e

“Os atacantes invadem aldeias, ateiam fogo a casas, massacram os habitantes com catanas e roubam a sua comida”

Religiosos, a exortar que “seja iniciada uma investigação imediata, completa, imparcial e eficaz ao caso, para que se possa descobrir o paradeiro do jornalista, mantendo sempre a sua família inteiramente informada e, caso ele se encontre sob custódia estatal, seja assegurada a sua libertação imediata e em segurança”.

Já o grupo “One Free Press Coalition”, do qual fazem parte órgãos de comunicação social como a revista Time, o jornal Washinton Post e a agência noticiosa Reuters, publicou, no início do mês de junho, no seu site e em vários jornais parceiros uma nota onde fez saber que o Ibraimo ainda continua desaparecido.

MAIS CASOS CONHECIDOS

A situação na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, é muito preocupante. Verificam-se ataques armados por indivíduos que alegadamente pertencem ao grupo extremista Al-Shabaab e os jornalistas que dão cobertura a estes ataques têm sido sujeitos a intimidação, prisão e detenção arbitrária, tortura e outros maus-tratos e até execuções sumárias. A proibição da divulgação das atuais condições políticas e sociais viola o direito de acesso à informação, à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa.

Não é de estranhar por isso que o caso de Ibraimo não seja único. Desde outubro de 2017 já foram relatados pela Amnistia diversos exemplos de abusos e atentados contra os direitos humanos na província de Cabo Delgado. A província passou a ser uma zona interdita a jornalistas, investigadores, académicos e organizações não-governamentais. Muitas pessoas que têm tentado entrar acabam detidas, de forma arbitrária, sem que tenha sido emitido qualquer mandado de captura.

O jornalista Amade Abubacar é um desses casos: passou quase quatro



meses em prisão preventiva, no início de 2019, por ter noticiado os ataques e a população em fuga. Enquanto esteve detido, foi sujeito a maus tratos, incluindo 12 dias em regime de incomunicabilidade, numa prisão militar, sendo-lhe negada a visita de familiares. Além disso, não recebeu os cuidados médicos devidos e enfrenta várias acusações, incluindo “instigação pública com uso de meios informáticos”.

A 30 de junho de 2018, Pindai Dube, um jornalista do Zimbabué que trabalhava para a eNCA, uma estação de televisão de notícias independentes com base em Joanesburgo, na África do Sul, foi detido em Pemba. A visita de trabalho tinha como objetivo uma investigação na província de Cabo Delgado. Foi acusado de espionagem e libertado após três dias, sem qualquer acusação.

VIOLÊNCIA E COVID-19 PIORAM A SITUAÇÃO

No relatório anual da Amnistia Internacional relativo a 2019 na África Subsariana, a violência em Cabo Delgado teve nota de destaque, referindo que voltou a ser palco de

ataques de grupos ligados ao Al-Shabab contra a população e que na resposta, as autoridades foram acusadas de terem cometido graves violações de direitos humanos.

“Os atacantes invadem aldeias, ateiaram fogo a casas, massacraram os habitantes com catanas e roubam a sua comida”, lê-se no relatório, que refere ainda que o aumento da presença militar na região e a sua resposta “tem sido inadequada”.

Com a chegada da Covid-19, a situação agravou-se. David Matsinhe, investigador da Amnistia Internacional, num artigo de opinião publicado pela revista Visão, no final do mês de maio, é incisivo na análise: “A Covid-19 agravou a situação precária das pessoas em Cabo Delgado. A região é agora o epicentro da pandemia no país. A 12 de maio de 2020 Moçambique tinha 104 casos confirmados dos quais 74 a 77 por cento foram registados em Cabo Delgado. O governo está a falhar (...) e deve de forma urgente garantir a segurança da população protegendo-a da violência que há muito atinge a província e adotar medidas efetivas para conter a propagação da Covid 19. Caso contrário a morte está aí à porta”, conclui.



GPS

Um caminho ainda por terminar

A aplicação da pena de morte atingiu um mínimo histórico, em 2019, mas houve países que contrariaram a tendência. O Iraque quase duplicou as execuções e a Arábia Saudita matou um número recorde de pessoas.

O relatório sobre a aplicação da pena de morte em 2019 da Amnistia Internacional aponta para uma diminuição de cinco por cento das execuções. No total, foram registadas 657, o que representa o número mais baixo dos últimos dez anos. Em 2018, tinham sido 690.

A maior parte das execuções do último ano teve lugar na China. Estima-se que foram mais de mil, já que o país trata a pena de morte como um segredo de Estado e não apresenta quaisquer dados. Na lista segue-se o Irão, com pelo menos 251 mortes.

A Arábia Saudita ocupa o terceiro lugar, tendo atingido um recorde de 184 execuções, em 2019. No Iraque, onde os casos quase duplicaram, registaram-se pelo menos 100 mortes e, no Egito, pelo menos 32.

“A pena de morte é um castigo abominável e desumano, e não há provas credíveis de que previna mais

o crime do que as penas de prisão. Uma grande maioria de países reconhece isso e é encorajador ver que as execuções continuam a cair em todo o mundo”, defende a diretora de investigação, advocacia e política da Amnistia Internacional, Clare Algar.

“No entanto, um pequeno número de países desafiou a tendência global, recorrendo cada vez mais a execuções. O crescente uso da pena de morte pela Arábia Saudita, inclusivamente como uma arma contra dissidentes políticos, é um desenvolvimento alarmante.

O grande aumento das execuções no Iraque também é chocante”, nota ainda Clare Algar.

Além do secretismo na China, outros países com um longo histórico de execuções, como o Irão, a Coreia do Norte e o Vietname, continuaram a esconder a real amplitude do uso da pena de morte, restringindo o acesso à informação.

ATAQUE ÀS MINORIAS

Na Arábia Saudita, a maioria das execuções estava ligada a delitos e homicídios relacionados com drogas. No entanto, a Amnistia Internacional também documentou o aumento do uso da pena de morte como arma política contra dissidentes da minoria muçulmana xiita.

A 23 de abril de 2019, houve uma execução em massa de 37 pessoas. Deste grupo, 32 eram xiitas e tinham sido condenadas por “terrorismo”, após julgamentos que tiveram por base confissões obtidas sob tortura. Um dos executados era Hussein al-Mossalem.

Antes de ser morto, foi vítima de vários ferimentos, no nariz, numa clavícula e nas pernas, enquanto esteve em regime de solitária. Além disso, foi espancado com dispositivos elétricos e ainda sofreu outras formas de tortura. Hussein al-Mossalem foi julgado no Tribunal Penal Especializado da Arábia

Saudita, criado em 2008 para tratar casos de crimes relacionados com terrorismo. Contudo, é cada vez mais usado para reprimir todas as formas de dissidência.

No Iraque, o número de pessoas executadas aumentou para cerca do dobro, tendo passado de 52 para, pelo menos, 100. Este acréscimo explica-se, em parte, com o uso contínuo da pena de morte contra acusados de serem membros do autoproclamado “Estado Islâmico”.

No Sudão do Sul, as autoridades executaram, pelo menos, 11 pessoas – o maior número desde a independência do país, em 2011. O Iémen aplicou a pena de morte a, pelo menos, sete condenados, e o Bahrain retomou esta prática após um hiato de um ano, tendo executado três, em 2019.

FALTA DE TRANSPARÊNCIA

Muitos governos não publicam ou não disponibilizam informações sobre o uso da pena de morte. Este facto mostra a falta de transparência em torno desta prática.

O Irão executou, pelo menos, 251 pessoas, face às 253 de 2018. De acordo com a investigação da Amnistia Internacional, quatro tinham menos de 18 anos aquando dos acontecimentos que levaram à condenação. Ainda assim, a real dimensão do que se passa no país pode ser outra.

“Mesmo os países que são acérrimos defensores da pena de morte lutam para justificar o seu uso e optam pelo sigilo. Muitos esforçam-se para esconder de que forma recorrem a esta prática porque sabem que não vai resistir ao escrutínio internacional”, nota Clare Algar.

RUMO À ABOLIÇÃO

O Japão e Singapura reduziram drasticamente o número de execuções, de 15 para três e 13 para quatro,

respetivamente. Pela primeira vez desde 2010, o Afeganistão não executou condenados.

Taiwan e a Tailândia, que tinham aplicado a pena de morte em 2018, também mantiveram o registo a zero. O Cazaquistão, a Federação Russa, o Tajiquistão, a Malásia e a Gâmbia continuaram a respeitar as moratórias oficiais sobre as execuções.

Entre os passos positivos registados no ano passado está a Guiné Equatorial. Em abril, o presidente do país anunciou que o governo iria introduzir legislação para abolir a pena de morte. Outros desenvolvimentos que podem levar à abolição ocorreram na República Centro-Africana, no Quênia, na Gâmbia e no Zimbábue.

A pena de morte obrigatória também foi retirada da constituição de Barbados. Nos Estados Unidos da América (EUA), o governador da Califórnia – que tem a maior população no corredor da morte – estabeleceu uma moratória oficial nas execuções. New Hampshire tornou-se no 21.º estado a abolir a pena de morte para todos os crimes.

No entanto, as tentativas nas Filipinas de punir os “crimes hediondos” relacionados com drogas e roubos, e os esforços no Sri Lanka para retomar as execuções, pela primeira vez em mais de 40 anos, prejudicaram o progresso em direção à abolição global. O governo federal dos EUA também ameaçou retomar esta prática, depois de quase duas décadas.

“Precisamos de manter o ritmo da abolição global da pena de morte”, avisa Clare Algar, antes de acrescentar que “é preciso pressão internacional sobre os últimos carrascos do mundo para acabar definitivamente com esta prática desumana”.



EXECUTARAM



86% DAS EXECUÇÕES

ACONTECERAM AQUI:



 China

Continua a não revelar números, mas estima-se que as execuções ultrapassaram **um milhar**

26.604 

Pessoas estavam no corredor da morte no final de 2019

 142 PAÍSES
ABOLIRAM A
PENA DE MORTE

 Na lei ou na prática

Novos Desafios, a mesma visão

(Por quem dobram os sinos?)

Num contexto de pandemia, os Direitos Humanos não podem ficar para trás. Temos não só que identificar os desafios atuais mas também perspetivar o caminho que teremos que percorrer para que a nossa visão se torne uma realidade.

Estamos conscientes das dificuldades que se atravessarão neste caminho: umas serão novas, outras serão o agudizar de problemas já existentes. Os estados de emergência decretados por vários países podem acarretar abusos inaceitáveis, concretizados em violações dos direitos, liberdades e garantias. No combate à crise sanitária é importante não esquecer os princípios fundamentais das democracias e do cumprimento por parte dos Estados do ideário humanista subjacente à ideia de Direitos Humanos firmada na lei internacional subscrita e ratificada por grande parte dos países.

É também neste momento que se torna essencial voltarmos a refletir e a reconduzir meios para alguns direitos cujas violações se tornaram mais notórias no atravessar desta crise, como o direito à saúde, o direito à habitação, o direito ao emprego e direitos dos/as trabalhadores/as, tantas vezes ignorados. É tempo de lembrar os valores que consagram a indivisibilidade e a universalidade dos Direitos Humanos e uma abordagem holística à sua construção.

De facto, não há direitos que se cumpram se se ignorar todos os outros; a defesa de um terá de significar a defesa de todos. Estamos juntos na nossa humanidade. Assim, a violação dos direitos de uma pessoa na China é a violação dos nossos próprios direitos. Como nos escreveu John Donne, a inquietação que inspirou Hemingway, “não perguntem: por quem dobram os sinos”, porque é por todos e todas nós que eles dobram.

Foi também com esta preocupação que, perante esta crise, a Direção reuniu de emergência em meados de março, com o intuito específico de uma redefinição estratégica de governança para fazer face ao estado de exceção que enfrentamos e aos novos desafios de organizações como a nossa. Definida essa visão de maior atenção aos direitos económicos e sociais, onde se inserem a saúde,

a habitação, a sustentabilidade económica, o emprego, partilhámos orientações que foram operacionalizadas pela Equipa Executiva, que rapidamente se adaptou ao plano de contingência e apresentou soluções operacionais para o que o nosso trabalho pudesse continuar.

Em tempos como os que vivemos, é importante continuarmos a não baixar os braços pelo mundo em que acreditamos e fazermos da união a nossa força, tal como preconizou Peter Benenson: essa é a única forma de cessar as constantes violações de Direitos Humanos. São tempos difíceis, mas todos/as nós, membros, apoiantes, ativistas, Direção e Equipa Executiva estamos habituados/as às dificuldades. Essa é a nossa fibra, essa é a nossa força, essa é a nossa forma de estar na vida!

Assume especial importância, num momento de tantas incertezas e num momento em que tantos direitos já se encontravam ameaçados, a definição estratégica do Movimento, bem como a estratégia da nossa secção, para definirmos para onde queremos caminhar e como podemos ser mais eficazes na nossa missão.

É imprescindível termos a noção clara dos nossos objetivos e de como poderemos ser uma organização com uma preponderância ainda maior, quer no que concerne a cessação de violações de Direitos Humanos, quer no auxílio à prevenção das mesmas e até ao corresponder das expectativas reais de quem que precisa de nós. É para traçar este rumo, para o período de oito anos (2021-2028), que a Direção está a trabalhar e em breve contará com as vossas contribuições.

Ambicionemos, tanto quanto nos for possível, para que, mais do que perspetivarmos o futuro que desejamos, consigamos construí-lo em conjunto.

Por fim, gostaríamos de fazer uma homenagem em memória de Fernando Faria de Castro, que desempenhou a função de Tesoureiro em vários mandatos da Direção, deixando o nosso reconhecimento pela sua entrega generosa às causas da Amnistia Internacional e dos Direitos Humanos.



Angariar fundos em tempos de pandemia

Angariar fundos não se trata apenas de angariar dinheiro.

Há em nós, defensores de direitos humanos, um desejo de justiça e igualdade perante todas as iniquidades de que todos os dias temos conhecimento, e angariar fundos, é, acima de tudo, angariar também mais vozes. É ganhar terreno para sermos mais interventivos, e é, nunca esqueçamos, uma forma de apoiar uma causa que, não duvidem, pode realmente salvar vidas.

Estamos habituados a definir objetivos, a desenhar prioridades, e a construir caminhos para atingirmos a finalidade pretendida, mas nada, em momento algum, nos preparou para uma pandemia mundial, com repercussões em todo o terceiro setor.

Não somos de baixar os braços, e muito menos de desistir perante as adversidades – a causa que nos move

continuará a ser, sempre, o ponto de referência, que reflete a necessidade de não parar, e por isso, nos últimos meses tivemos que nos adaptar a uma nova realidade, sem as nossas equipas de Face to Face na rua, mas com muitos sorrisos via telefone.

Contrariamente ao que estava previsto, ao longo do 1º semestre deste ano, angariámos (apenas) cerca de 350 novos apoiantes e membros. Estivemos na rua apenas durante 1 mês, entre Fevereiro e Março, e o nosso projeto Face to Face, transformou-se temporariamente no projeto 'Face to Face em sua casa', angariando agora novos apoiantes ao telefone. Continuámos assim, a desenvolver o nosso trabalho habitual através deste meio de contacto, mas agora em modo reforçado. Fica o nosso muito obrigado aos nossos queridos recrutadores, pela compreensão e esforço adicional em também eles se adaptarem aos novos desafios atuais.

Iremos regressar às ruas, se tudo correr bem, já nas próximas semanas. Seguiremos todas as recomendações da DGS, e estaremos preparados para continuar a falar sobre direitos humanos, com total segurança. Fale connosco! Continuamos a precisar da ajuda de todos, para tornar o mundo um local mais justo e harmonioso.

Deixamos-lhe um novo desafio, de convidar amigos, família, colegas de trabalho, etc, a se juntar a nós, enquanto apoiantes regulares da Amnistia Internacional, ajudando-nos a manter a nossa missão, de trabalhar para que todas as pessoas, no mundo inteiro, possam usufruir, em pleno, de todos os seus direitos.

Visitem-nos em www.amnistia.pt e façam a diferença!

MÁSCARAS CERTIFICADAS PARA ADULTO E CRIANÇA

Proteja-se a si e contribua para ajudar quem mais precisa



LOJA ONLINE. COMPRAS COM IMPACTO

Visite loja.amnistia.pt

